

EDIFÍCIO 1º DE MAIO

intervenção no largo do paissandu

caderno de tgi.ii
vinícius okada d'amico



Edifício 1º de Maio intervenção no largo do paissandu

Vinícius Okada D'Amico

Trabalho de Graduação Integrado II
Instituto de Arquitetura e Urbanismo
IAU.USP

Comissão de Acompanhamento Permanente
Aline Coelho Sanches

Coordenadora de Grupo Temático
Camila Moreno de Camargo

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

De D'Amico, Vinícius Okada Micheletto de Moraes
Edifício 1º de Maio: Intervenção no Largo do
Paissandu / Vinícius Okada Micheletto de Moraes
D'Amico. -- São Carlos, 2019.
73 p.

Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em
Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura
e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Arquitetura. 2. Política. 3. Habitação Popular.
4. São Paulo. I. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:

Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FICHA DE APROVAÇÃO

Edifício 1º de Maio Intervenção no Largo do Paissandu

Vinícius Okada M. M. D'Amico

Trabalho de Graduação Integrado
apresentado ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo
da USP - Campus de São Carlos

BANCA EXAMINADORA

Aline Coelho Sanches
Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP

Camila Moreno de Camargo
Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP

Professor(a) Convidada(o)

APROVADO EM: /12/2019

agradecimentos

Agradeço à minha família, sobretudo minha mãe, Fátima Okada, por ter me guiado, fortalecido e encorajado até aqui.

Aos meus amigos que me acompanharam em todos os momentos e que sempre fizeram questão de caminharmos juntos, na felicidade e na dificuldade.

Aos meus professores, em especial Cibele Rizek e Miguel Buzzar, os quais, mais do que mestres, foram verdadeiros companheiros de luta e que me apresentaram, a partir de seus ensinamentos, o caminho do marxismo ao longo desses anos.

Agradeço aos meus camaradas, junto dos quais foi possível sintetizar e materializar em prática política todo o conhecimento apreendido na Universidade, e que sem nossa luta conjunta nada disso faria sentido.

Por último, dedico este trabalho a memória de Vilanova Artigas, arquiteto, mestre e eterno camarada, e que, mesmo não tendo vivido em sua época, foi parte fundamental de minha formação e cujos ensinamentos persistirão sempre.

sumário

resumo [11]

nota metodológica [12]

argumento. arquitetura e desígnio [15]

leitura. subprefeitura sé [47]

leitura. edifício wilton paes de almeida [53]

projeto. edifício 1º de maio: intervenção no largo do paissandu [57]

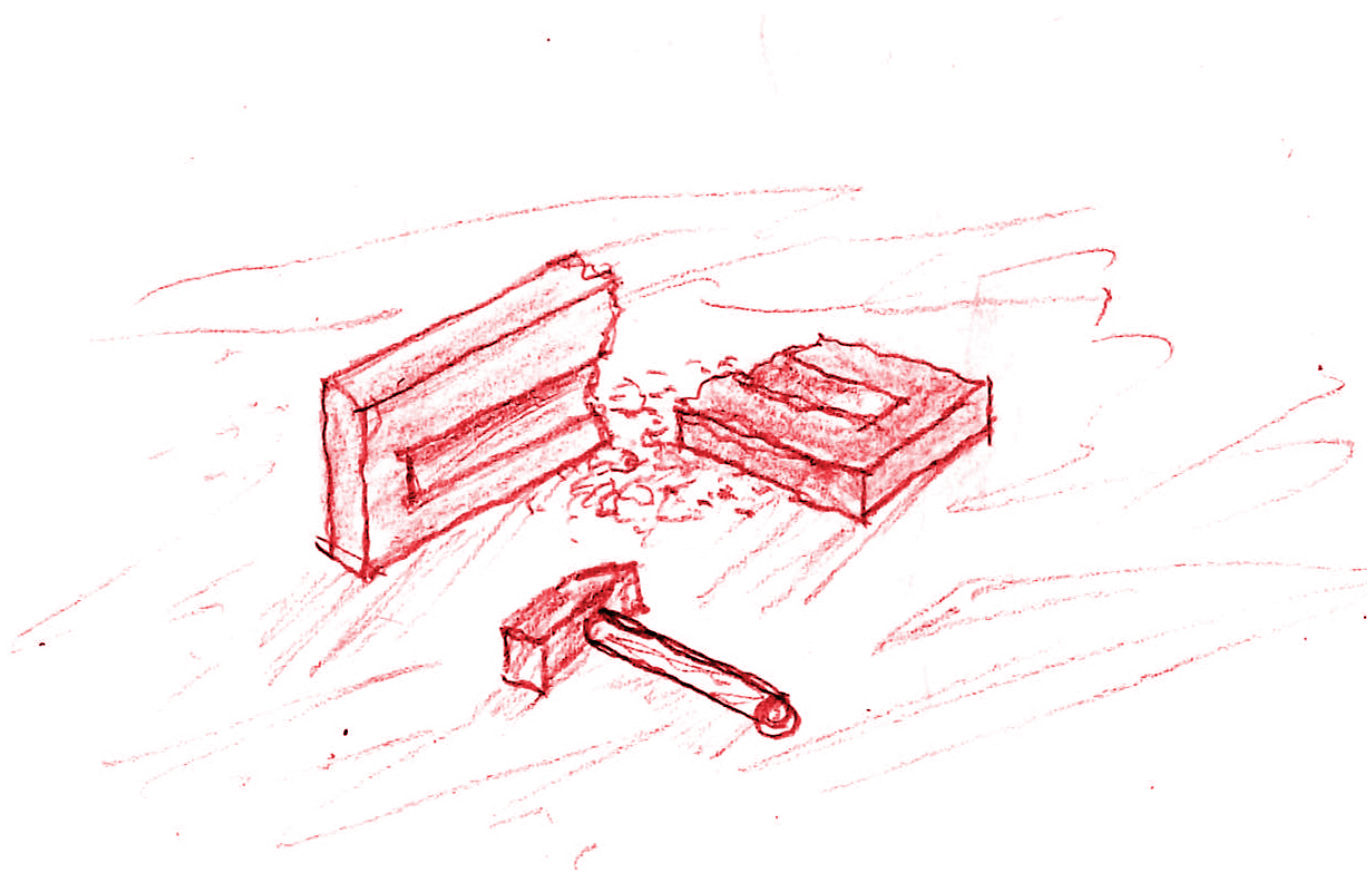
bibliografia e imagens [70]



O presente trabalho visa discutir, enquanto questão central, a respeito do lugar do arquiteto na produção contemporânea, permeando e resgatando o debate político da segunda metade do século XX entre Vilanova Artigas e Sérgio Ferro, bem como seus efeitos posteriores.

Assim, do ponto de partida, desdobram-se discussões acerca da alienação do trabalho em Marx, da crise urbana contemporânea, da produção habitacional recente no Brasil e, em síntese geral, da práxis do Arquiteto na atualidade. Tendo como consequência última a síntese final das discussões em um projeto de habitação interesse social no centro de São Paulo, no local onde desabou o Edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu.

1. Arquitetura. 2. Política. 3. Habitação Popular. 4. São Paulo.



“[...] enquanto a ligação entre os arquitetos e as massas populares não se estabelecer, não se organizar, enquanto a obra dos arquitetos não tiver a suma glória de ser discutida nas fábricas e nas fazendas, não haverá arquitetura popular.

Até lá... uma atitude crítica em face da realidade.”

[VILANOVA ARTIGAS, 1952]

nota metodológica

“[...] o conhecimento científico consiste em saber o que se passa, e não o que é. A concepção metafísica das ‘essências’ - o que as coisas são - precisa dar lugar nas ciências humanas, de uma vez por todas, como já deu há tanto tempo nas ciências físicas, à concepção científica do que acontece. Concepção essa em que o próprio ser não é senão o acontecer, um momento desse acontecer. É o que ‘acontece’ que constitui o conhecimento científico; e não o que é.” [PRADO JR., 1977, p. 15].

Antes de mais nada, faz-se necessário algumas breves considerações de método a respeito do presente escrito. Trata-se de uma análise científica no qual se discorrerá a respeito, em última instância, da Arquitetura e Urbanismo enquanto campo disciplinar.

Para tal, é imperativo que se abandone alguns preconceitos teóricos tão recorrentes dentro de nosso campo. A arquitetura, enquanto ofício, e, portanto também o arquiteto, enquanto sujeito, não pairam sobre as contradições de nossa sociedade. Pelo contrário, são determinados e determinantes de nossa realidade. Portanto, são resultantes objetivos de uma série de determinações e processos históricos.

Dito isso, precisamos compreender, antes de saltar para qualquer objeto ou caso de análise, a realidade histórica e social de nosso campo disciplinar como um todo, para assim não partirmos de pressuposições já dadas e concebidas, mas sim, traçarmos aqui um cenário comum para daí desenvolver as subseqüentes considerações.

A análise científica concreta deve se dar de tal modo que não se conceba a “essência” dos fatos, pois tal coisa nada mais é que puro idealismo, mas sim que se compreenda acertadamente os fatos históricos em seu processo contínuo. Trata-se de de buscar apreender a unidade contraditória em contínuo movimento no decorrer da história, e a partir daí extrair o devir que cabe a cada tempo e a cada sujeito.

Dessa forma, a análise concreta da realidade concreta se dá a partir de um claro rigor científico, conceitual e metodológico. A respeito do método, assim discorre Caio Prado Junior:

“A teoria revolucionária brasileira, que é a resposta a ser dada às questões propostas na atual conjuntura do país, não se inspira assim de um ideal expresso na ‘natureza’ da revolução para a qual se presumiria a priori que marcha ou deve marchar a evolução histórica brasileira - revolução socialista, democrático-burguesa ou outra qualquer. Revolução essa a que se trataria na mesma ordem de ideias, de ir aproximando e afeiçoando as instituições do país e ajustando assim os fatos com a finalidade de alcançar um modelo preestabelecido. Nada há de mais irreal e impraticável que isso. A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente - mas não simplisticamente - a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta. Processo esse que, na sua projeção futura dará cabal resposta às questões pendentes. **É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. Método de interpretação, e não receituário de fatos, dogma, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos.**” [PRADO JR., 1977, p. 19, grifo meu].

Afirmado claramente o método de análise a ser seguido, o marxista, subentende-se também que se parte, para tal análise, de uma concepção rigorosamente anticapitalista. Não se tratando de uma afirmação vazia ou teleológica, mas sim de uma resposta pragmática clara aos fatos a serem estudados a partir da ótica proveniente da tradição marxista.

A arquitetura não pode se limitar a análises teóricas metalinguísticas, descoladas da realidade, pintando a disciplina a partir de uma lógica interna própria, “gestáltica” segundo Sérgio Ferro. A arquitetura e urbanismo possuem uma determinação histórica clara, as transformações ocorridas em seu campo não podem ser completamente entendidas senão a partir de um rigoroso estudo científico totalizante que exponha os aspectos sociais, econômicos e políticos que perpassam a história de nossa sociedade.

Da mesma maneira, segundo a tradição marxista, não se trata somente de analisar os fatos passados e os correntes, mas também de produzir uma análise científica claramente em compasso com a realidade concreta visando a sua transformação objetiva com uma perspectiva clara: a emancipação humana.

“É certo, e repetimo-lo novamente, que, como marxistas, e considerando por conseguinte a revolução brasileira dentro do contexto geral do mundo contemporâneo, estamos seguros de que iremos afinal desembocar no socialismo, isto é, na socialização dos meios de produção, na eliminação da exploração do trabalho e da divisão da sociedade em classes antagônicas, bem como nas demais consequências de toda ordem material e moral que daí decorrem. Mas isso por força não de uma previsão que seria antes adivinhação, nem tampouco de uma pressuposta fatalidade histórica, de um Destino que tenderia necessariamente a se realizar, mas em consequências tão somente do desenrolar dos fatos que, a partir do momento atual (que se trata agora de interpretar), se irão sucedendo uns em seguimento e em consequência dos imediatamente anteriores. Conhecendo-se esses fatos atuais na sua interligação e nas suas contradições, podemos daí inferir as soluções a serem dadas a tais contradições. [...] Não nos é dado adivinhar essa série [completa de fatos que se interpõem entre o dia de hoje e o do socialismo afinal realizado], mas tão somente o momento presente como resultante que é de um processo passado, e projetando-se, em consequência, num momento seguinte e continuação deste que se trata de promover e impelir para diante na base de uma ação política e norma revolucionária, ditadas pela mesma conjuntura em que hoje se propõem as questões pendentes.” [PRADO JR., 1977, p. 19 - 20].



argumento arquitetura e desígnio

o arquiteto e o capital

“[...] o mesmo movimento que retira dos trabalhadores sua autodeterminação relativa e seu saber é também o que faz do desenho uma ‘ordem’ codificada que só os iniciados podem utilizar.” [FERRO, 2006].

Antes de qualquer digressão a respeito de nossa disciplina, temos, antes, de saber situar o arquiteto na história de nossa sociedade. É verdade que a arquitetura enquanto disciplina remete aos tempos mais remotos, a exemplo de Vitrúvio, porém, as transformações profundas que possibilitaram que ela obtivesse sua autonomia, bem como um salto qualitativo enquanto ofício, é algo relativamente recente. Ou seja, é principalmente com a Revolução Industrial que o arquiteto assume a figura tal como se apresenta hoje.

O desenho enquanto desenho técnico, projetual, é fruto de um processo não tão distante em nossa história. “Coisa curiosa: por longo tempo, até o século XIX praticamente, o desenho foi raramente um documento de trabalho; não era senão a transcrição das formas do ser acabado, uma imagem geralmente ingênua e exterior das coisas.” [DEFORGE apud FERRO, 2006]. Assim como afirma Ferro, os desenhos nada mais eram que expressões gerais das ideias do autor e, portanto, cabia aos artesãos a interpretação dessas intenções no canteiro, ou seja, os trabalhadores encontravam, assim, um alto grau de autonomia e, mais importante, controle sobre a obra arquitetônica

“[...] A técnica moderna tem sua origem no Renascimento. [...] Com ele [Leonardo Da Vinci] e os demais artistas do Renascimento o desenho se impôs. Passou a ser linguagem da técnica e da arte - como interpretação da natureza, e como desígnio humano, como intenção ou arte no sentido platônico. Desenharam contra a insuficiência das ferramentas disponíveis, impacientes com a lentidão do trabalho manual. Lançaram as bases da técnica moderna.” [ARTIGAS, 2004, p. 111].

Se tivéssemos que apontar uma obra como ponto de inflexão dessa transformação da disciplina, essa seria a Catedral de Santa Maria Del Fiore. Não só pela magnânima revolução sob o ponto de vista estrutural, mas sobretudo porque é nela em que se observa, sem máscaras, as transformações profundas nas relações de trabalho no canteiro de obras e entre operários e arquiteto.

Ferro descreve com precisão o papel de Brunelleschi no processo construtivo. Centraliza em si a criação intelectual, e é com ele que se desenvolvem os desenhos técnicos mais complexos, como suas elaboradas perspectivas. Além disso, a separação violenta entre trabalho manual e intelectual, processo histórico que Sérgio Ferro caracteriza como “castração” do operário, é perceptível nos episódios de exploração do trabalhador ocorridos ali.

“A perspectiva (nosso desenho de então) [caso de Brunelleschi e Catedral de Santa Maria Del Fiore] já surge com dupla função. Por um lado, reduz a enorme obra a uma escala que permite o controle de todos os seus momentos e partes: código para a centralização, registro e memória para as ordens de serviço. Por outro, arma contra os

operários que, impedidos de examinar o projeto, não podem mais colaborar inteligentemente - e contra os outros arquitetos.” [FERRO, 2006, p. 193]

Brunelleschi ordena a construção de uma cantina no domo em andamento, para que não seja necessário que os operários desçam, bebam, se reúnam, e assim percam muitas horas de trabalho. Também quebra uma greve por melhores salários, substituindo os grevistas por operários não florentinos, só os admitindo de volta por salários ainda menores [FERRO, 2006].

“Vossa função é talhar a pedra, trabalhar a madeira, erguer as paredes. Fazer vosso ofício e executar as minhas ordens. Quanto a saber o que tenho na cabeça, vós não o sabereis jamais - isso seria contrário à minha dignidade”, declara [Michelangelo] aos operários hostis à sua direção no canteiro de São Pedro, em 1551.” [FERRO, 2006, p. 197].

Os episódios descritos, tanto de Brunelleschi quanto de Michelangelo, representam a transformação por qual passa o canteiro de obras naquele momento. O arquiteto marcha rumo à sua consolidação enquanto detentor máximo dos conhecimentos teóricos do objeto arquitetônico, o conhecimento total da obra. Enquanto os artesãos são fragmentados, progressivamente, até chegarmos ao ponto que temos até hoje: o canteiro de obras heterônimo, com operários de diversos grupos distintos e profundamente especializados em serviços menores mas não correlatos, tudo isso para garantir um só fim: a extração eficiente de mais-valia.

“[...] a função fundamental do desenho de arquitetura hoje é possibilitar a forma mercadoria do objeto arquitetônico que sem ele não seria atingida. [...] O que vale é que esse desenho fornece o solo, a coluna vertebral que a tudo conformará, no canteiro ou nas unidades produtoras de peças. Em particular - e é o principal -, juntará o trabalho antes separado, e trabalho a instrumento. [...] Para nós, não há dúvida possível, é porque o canteiro deve ser heterônimo sob o capital que o desenho existe, chega pronto e de fora. O desenho é uma das corporificações da heteronomia do canteiro. Ou, para dizer a mesma coisa mais claramente: o desenho de arquitetura é caminho obrigatório para a extração de mais-valia e não pode ser separado de qualquer outro desenho para a produção.” [FERRO, 2006, p. 108].

Dessa forma, podemos chegar à contradição fundamental do campo da arquitetura, conforme exposto por Sérgio Ferro, entre o canteiro e o desenho. Essa contradição é fundamentada pela divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. O arquiteto, nesse sentido, aparece, historicamente, como figura essencial na fundamentação do canteiro de obras manufatureiro e heterônimo. Quem trata de juntar todas as sucessões de trabalhos dispersos das diversas equipes separadas de operários que nele atuam é o desenho projetual. “Fundamentalmente, o desenho é instrumento de quem não espera a participação lúcida do operário - mesmo se o canteiro não a dispensa. Não espera porque não quer e não pode - ou não serviria ao capital.” [FERRO, 2006]. É o desenho o instrumento que possibilita a forma mercadoria do objeto arquitetônico, justamente porque é ele a ferramenta essencial ao capital para o processo de alienação do trabalho e cristalização da forma mercadoria, o não reconhecimento do trabalhador em seu próprio produto-trabalho, a mercadoria enquanto forma aparentemente alheia às relações humanas de trabalho, e enquanto geradora aparentemente autônoma de valor.

“Os primeiros desenhos técnicos [...] que remontam à Idade Média não exprimem senão as principais intenções do autor; comportavam poucas informações precisas e sugeriam globalmente alguns temas para reflexão... tais desenhos estavam longe de trazer uma informação unívoca, tudo era possível e o bom artesão deveria encontrar como pudesse as intenções do autor [...]

A partir do século XVII, a necessidade de fabricações repetitivas provoca uma evolução dos desenhos no sentido da precisão. A solução é a da codagem homológica, isto é, uma correspondência traço a traço com o real. [...] No século XVII, o desenho faz ainda um progresso no sentido da precisão ao respeitar uma escala, o que facilita a reprodução.

[...] Progressivamente, as representações se normalizam, certas homologias desaparecem em proveito de uma... simbolização arbitrária [...] A informação contida num desenho técnico é percebida da mesma maneira por todo sujeito possuidor dos diferentes códigos.

[...] Um desenho completo é uma ordem”. [DEFORGE apud FERRO, 2006, p. 152-153].

Seguindo à risca os apontamentos de Ferro, podemos afirmar que o arquiteto se constitui enquanto tal a partir das determinações do desenvolvimento da sociedade capitalista e suas relações de produção. As relações de trabalho no interior do canteiro de obras alteram-se significativamente através do longo processo de alienação pelo qual passa a classe trabalhadora no geral (nesse sentido a construção civil é somente uma parte do todo).

O desenho projetual é, nesse sentido, o elemento central nesse processo de “castração” intelectual dos operários. Representa, portanto, a cristalização da alienação do trabalho. Como nos termos de Michelangelo, é o elemento que garante o distanciamento completo dos operários com o conhecimento total do objeto arquitetônico e seus processos construtivos.

“Mas a violência a que o desenho serve, para ser bem servida, se aplica primeiro nele. Ao seu enclausuramento acompanha uma higiene suspeita, sobretudo porque é maior quando vem a público, em revistas ou prospectos.

O traço sem desvios, os ângulos rigorosos, o metro bem afiado, o preto no branco; normógrafo, tira-linhas, compasso, régua, esquadro; na impessoalidade gráfica, nenhuma respiração, nenhum passeio. De sua obrigatória limitação extrai moralismo hipócrita e claudicante alegoria da razão. Nada mais tacanho que a taboada milimétrica que trama sua gerência - a não ser a linha torturada em concurso de sensibilidade pela mão solta do artista que prende a mão de quem faz. Aliás, saída do 6B é logo dissecada em cotas para a fabricação - e fica como as outras. A mão solta guarda o cetro, mas o cetro só avaliza os gestos do ritual. Qualquer veleidade de arroubos poéticos coalha nas margens da gestão correta. Se Gaudí ainda salta as muralhas da repressão interiorizada, é porque mora no canteiro, desenha pouco e discute o talho de cada pedra. Resultado, porém: leva Guell à falência. A cantada doença de São Guido de Le Corbusier, Aalto e outros tantos, arremeda o que não tem e some nas folhas de execução: sua reverência não é à arte, mas ao capital a que empresta o serviço de seu pastoso engodo.”

O arquiteto, portanto, não está excluído da influência determinante do capital. Pelo contrário, ele nasce a partir dela. A separação entre trabalho intelectual e trabalho manual no canteiro de obras corresponde a uma das etapas fundamentais no desenvolvimento das forças produtivas na sociedade capitalista. A supressão do “trabalho autônomo” no canteiro e sua posterior fragmentação estranhada, desemboca na característica fundante do “construir” moderno, a heteronomia do canteiro de obras; heteronomia esta observada primordialmente a partir da contradição elementar entre o canteiro e o desenho.

“A heteronomia do canteiro é sintomaticamente eclipsada pela forma auto-suficiente que o desenho da obra persegue. Auto-suficiência que, em resumo, não é mais que o inchamento simplório das regras gestálticas da ‘boa’ forma: simplicidade, clareza, proximidade e semelhança.” [FERRO, 2006, p. 176].

O desenho de produção, então, aparece como forma auto-suficiente através do mesmo mecanismo do capital que oculta da mercadoria (neste caso o objeto arquitetônico) as relações de produção de que é fruto, fazendo com que sua movimentação se aparente autônoma. Ou seja, a auto-suficiência do desenho é a cristalização do papel social que é imposto ao arquiteto pelo capital enquanto centralizador do trabalho estranhado fragmentado (através da produção manufatureira no canteiro).

“O que há de misterioso na forma mercadoria consiste simplesmente no seguinte [...] ela transmite [...] a imagem da relação social dos produtores no trabalho global como uma relação social existente fora deles, entre os objetos.” [MARX apud FERRO, 2006, p. 299].

Essa determinação se expressa na disciplina através do ocultamento dos fatores concretos da realidade do canteiro de obras, ou seja, as relações de produção necessárias para a fundamentação da obra arquitetônica, que se dá através de um aparato discursivo abstrato, não menos ideológico, portanto que obscurece a realidade concreta da discussão teórica na disciplina, de modo a conformar um “sistema fechado”, que não se ampara e não pretende evidenciar as contradições aberrantes que constituem o processo construtivo.

“Os arquitetos parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, mal explicitado como tal e que aparece através de diversos vocábulos: ‘função’, ‘forma’, ‘estrutura’, ou antes funcionalismo, formalismo, estruturalismo. Elaboram-no não a partir das significações percebidas e vividas por aqueles que habitam, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado. Esse conjunto é verbal e discursivo, tendendo para a metalinguagem. É grafismo e visualização. Pelo fato de que esses arquitetos constituem um corpo social, que eles se ligam a instituições, seu sistema tende a se fechar sobre si mesmo, a se impor, a eludir qualquer crítica.” [LEFEBVRE, 2001, p. 111].

trabalho e estranhamento

O Arquiteto enquanto tal surge historicamente enquanto produto do desenvolvimento produtivo da sociedade. Do desenvolvimento das forças produtivas resulta o que Ferro chama de “trabalho castrado” dos operários, bem como a figura do arquiteto enquanto gênio criador, como ilustram as figuras de Brunelleschi e Michelangelo.

A história, enquanto ciência fundamental da humanidade, nos apresenta um panorama claro do eixo primordial do debate disciplinar. É na esfera das relações de produção em que se encontra a estrutura central da produção arquitetônica.

Disso resultam múltiplas determinações. As formas não existem em abstrato, mas sim enquanto um produto histórico e, no que diz respeito a Arquitetura, estão fundamentalmente ligadas às cidades e às relações de produção que constróem nossa sociedade.

Não há sentido, portanto, em pensar Arquitetura a partir de um método idealista e metafísico que desconecte da base econômica da sociedade a arte, as formas, a estética e a obra arquitetônica em si. Uma arquitetura rigorosamente racional não se determina a partir de uma lógica formal que procura a essência de uma arquitetura universalmente positiva, nem a partir de uma fragmentação da totalidade que isole as determinações particulares dos indivíduos e dos lugares em busca de uma essência cultural fragmentada.

A Arquitetura enquanto práxis deve atacar os problemas centrais de nossa sociedade, bem como suas particularidades históricas, regionais e subjetivas, no sentido de uma síntese totalizante, presente esta, fundamentalmente, na questão do método.

A tradição arquitetônica e o debate, interrompido pela ditadura militar, de Vilanova Artigas, Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre, mesmo com suas rupturas táticas, converge na primordialidade da práxis orientada a partir das relações de produção em unidade com as contradições de nossa sociedade, no sentido de suprássumí-las.

O Arquiteto enquanto laiaio estetizante é negado, e afirma-se o caráter social de nosso ofício a partir de uma análise concreta da realidade concreta em sua totalidade. A Arquitetura, ontem e hoje, trata-se de um ofício inserido dentro das relações de produção capitalista, e daí resultam inúmeras contradições que são a base de nossa práxis, e também de nossa sociedade.

O que Ferro se refere como “trabalho castrado”, nada mais é que a expressão clara da alienação do trabalho socialmente produzido, resultante do processo histórico de acumulação de capital e consolidação da sociedade mercantil. O homem se torna coisa morta, e o objeto torna-se vivo. Não só o produto do trabalho social é estranho ao homem dentro das relações capitalistas, mas também o próprio homem torna-se alheio a si mesmo.

O objeto torna-se vivo, pois surge, na aparência, como produto de relações naturais, a-históricas e de um movimento próprio inerente. A mercadoria aparenta-se como produto de si mesma, a partir de relações autônomas, enquanto o trabalho social, a “mão” do operário é ocultada pelas leis do capital.

“[...] o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhes são estranhas. E isso ocorre tanto

sob o aspecto objetivo quanto sob o subjetivo. Objetivamente, quando surge um mundo de coisas acabadas e de relações entre coisas (o mundo das mercadorias e de sua circulação no mercado), cujas leis, embora se tornem gradualmente conhecidas pelos homens, mesmo nesse caso se lhes opõem como poderes intransponíveis, que se exercem a partir de si mesmos. O indivíduo pode, portanto, utilizar seu conhecimento sobre essas leis a seu favor, sem que lhe seja dado exercer, mesmo nesse caso, uma influência transformadora sobre o processo real por meio de sua atividade. Subjetivamente, numa economia mercantil desenvolvida, quando a atividade do homem se objetiva em relação a ele, torna-se uma mercadoria que é submetida à objetividade estranha aos homens, de leis sociais naturais, e deve executar seus movimentos de maneira tão independente dos homens como qualquer bem destinado à satisfação de necessidades que se tornou artigo de consumo. ‘O que caracteriza, portanto, a época capitalista’, diz Marx, ‘é que a força de trabalho [...] assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence. Por outro lado, é somente nesse momento que se generaliza a forma mercantil dos produtos do trabalho.’ ” [LUKÁCS, 2018, p. 199-200].

A “castração” do operário é, antes de mais nada, a propriedade privada. O trabalho como resultado não de necessidades fundamentais para a reprodução do ser social, mas sim de necessidades externas a ele. O trabalho é somente o meio pelo qual o homem supre necessidades que estão para além dele.

O trabalho, assim, não deriva da satisfação e realização do homem, mas sim de uma imposição. Nas palavras de Bukhárin, o proletariado está acorrentado ao trabalho pela fome. Isso porque o próprio homem transforma-se em mercadoria, é a força de trabalho a mercadoria fundamental da sociedade capitalista.

O trabalhador, portanto, não só não se realiza socialmente através do trabalho, como está preso a relações de produção estranhas a ele. A propriedade privada dos meios de produção aparta o trabalhador das condições básicas para satisfazer suas necessidades fundamentais de reprodução. Para o homem despossuído se faz necessário vender sua única mercadoria, sua própria força de trabalho, para que assim possa realizar suas necessidades básicas, impossibilitado, portanto, de satisfazer suas necessidades fundamentais enquanto homem, é isto, em última instância, a “castração” do operário.

“De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias,

coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. [...] Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.” [MARX, 2013, p. 147-148].

Assim como sintetiza Marx no trecho d'O Capital acima, o homem é estranhado do produto de seu próprio trabalho, dos meios para satisfazer a si mesmo, e, assim, também de si mesmo. Dessa forma que surge o homem reificado, transformado em coisa, e a mercadoria vivificada, transformada pelo capital em coisa autônoma de vontades próprias.

Sob o jugo capitalista, o trabalhador é um meio para a satisfação de necessidades externas a si próprio, em última instância, a produção de mais-valia. Dessa forma, a sociedade capitalista se constitui pelo abastamento dos proprietários (leia-se, burgueses), e pela alienação dos despossuídos, o proletariado. A sociedade estruturada pela produção de mais-valia jamais será emancipada, e o homem jamais se afirmará em toda sua potência, se não for suprasumida a estrutura fundamental da exploração humana nos marcos do capitalismo, isto é, a propriedade privada.

O homem se relaciona com o produto de seu próprio trabalho de maneira hostil porque não pertence ao trabalhador este produto, e não são as necessidades do trabalhador as satisfeitas por tal produto e trabalho. Tal produto, porém, satisfaz as necessidades e pertence a alguém. E, na medida em que o trabalhador se relaciona com seu próprio trabalho objetivado, o produto de seu próprio trabalho e, em última instância, a si mesmo, a partir de uma relação de estranhamento, o senhor desse objeto apresenta-se também de maneira hostil, violenta e inimiga enquanto relação de domínio dessa atividade não livre. Através do trabalho estranhado, o trabalhador engendra a relação com alguém alheio ao trabalho, fora dele. A relação do homem com o capitalista é uma relação, portanto, de jugo, domínio e não livre. Assim, a propriedade privada é o produto fundamental do trabalho estranhado, da vida estranhada, do homem estranhado [MARX, 2017].

“Em que consiste, então, a exteriorização (Entäusserung) do trabalho? Primeiro, que o trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruina seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (Freimdheit) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício,

de mortificação. Finalmente, a externalidade (äusserlichkeit) do trabalho aparece para o trabalhador como se o [trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. Assim como na religião a autoatividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo.

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos, etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal.” [MARX, 2017, p. 83].

O trabalho estranhado apresenta-se como a negação do próprio trabalhador. Disso decorre o estranhamento da própria vida e do produto de seu trabalho. Este não se fundamenta como afirmação do próprio homem, ao contrário, o trabalho humano, na sociedade de classes, é o produto da estrutura de produção de mais-valia cujas contradições resultantes são objetivadas no ser social.

Nesse sentido, é na propriedade privada que o movimento revolucionário encontra sua base não só teórica, mas empírica. Pois é da expressão material da propriedade privada que se afirma a vida humana estranhada. É da propriedade privada que se manifesta o trabalho estranhado, o homem estranhado, a Religião, a Família, o Estado, o direito, etc., expressões particulares da lei universal da propriedade privada na sociedade capitalista. Assim, a apropriação humana, entendida enquanto apropriação social da vida humana, é o resultado (e condição) da suprassunção da propriedade privada (suprassunção de todo estranhamento) e disso decorre, evidentemente, os marcos de uma nova sociedade. A suprassunção da propriedade privada é o pressuposto para uma nova sociedade em que o homem produz o homem, a si mesmo e ao outro homem, assim como o homem produz o objeto produto de seu trabalho e este produz aquele. O homem só pode se relacionar humanamente, isto é, para Marx, no sentido social, com a coisa, se esta se relaciona humanamente com o homem. Isso significa a suprassunção da relação com o objeto que reduz a fruição deste ao sentido unicamente utilitário e imediato: “um objeto somente é nosso se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós, etc, enfim, usado.” [MARX, 2017]. A afirmação da suprassunção da propriedade privada, da qual resulta a nova relação em que o homem produz o homem é a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos, na medida em que estas qualidades e sentidos tornaram-se, tanto subjetiva quanto objetivamente, humanos. Assim a relação com o objeto, no sentido prático, torna-se uma relação para além do sentido imediato e utilitário legado pelo estranhamento, transforma-se pois, “a coisa mesma é um comportamento humano consigo própria e com o homem, e vice-versa” [MARX, 2017], em síntese:

“O homem só não se perde em seu objeto se este lhe vem a ser como objeto humano ou homem objetivo. Isto só é possível na medida em que ele vem a ser objeto social para ele, em que ele próprio se torna ser social (gesellschaftliches Wesen), assim como a sociedade se torna ser (Wesen) para ele neste objeto.” [MARX, 2017, p. 109].

fundamental o movimento histórico objetivo em que o homem derruba as estruturas da velha ordem através da construção de um novo corpo de relações engendradas em sociedade de modo a satisfazer a humanidade em toda sua necessidade e potência. Esse movimento não é abstrato e tampouco ideal, é um movimento concreto e objetivo de luta pelo poder que toma como base fundamental a sociedade em sua totalidade. A sociedade aqui não é entendida no sentido abstrato, mas sim enquanto unidade contraditória em movimento cuja totalidade se expressa no particular (indivíduo) e cujo particular é uma expressão viva da totalidade. A supressão da propriedade privada e de todo estranhamento é um movimento concreto, portanto, uma tarefa não apenas teórica, mas prática.

“Minha consciência universal é apenas a figura teórica daquilo de que a coletividade real, o ser social, é a figura viva, ao passo que hoje em dia a consciência universal é uma abstração da vida efetiva e como tal se defronta hostilmente a ela. Por isso, também a atividade da minha consciência universal - enquanto uma tal [atividade] - é minha existência teórica enquanto ser social.

Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a ‘sociedade’ como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida - mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada simultaneamente com outros - é, por isso, uma externalização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por mais que também - e isto necessariamente - o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais universal da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou universal. Como consciência genérica o homem confirma sua vida social real e apenas repete no pensar a sua existência efetiva, tal como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica, e é, em sua universalidade como ser pensante, para si.” [MARX, 2017, p. 107].

Nesse sentido, a existência humana toma novo corpo na sociedade capitalista, na medida em que as contradições materiais objetivadas no ser social evidenciam para o homem a essencialidade do ser humano e da natureza a partir da negação dessa própria essencialidade através do estranhamento. O trabalho estranhado, o homem estranhado, a vida estranhada, materializam para a humanidade o ser social em-si, ou seja, dão concretude sensível à base das relações que produzem a sociedade e a história através da negação da própria humanidade em-si pelo estranhamento da base essencial da existência humana: o trabalho. Dessa forma, o homem somente se eleva de homem em-si a homem para-si, na medida em que no corpo da sociedade se fundamentam e se constroem as relações materiais necessárias para a tomada de consciência coletiva em torno dessa unidade contraditória de determinações em que resulta a humanidade em seu estágio atual. A supressão da propriedade privada e de todo estranhamento não é tarefa, então, da filosofia que não pôde resolvê-la justamente porque a tomou enquanto tarefa teórica, mas sim uma tarefa da práxis.

“Mas, na medida em que, para o homem socialista, toda a assim

denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem, então ele tem, portanto, a prova intuitiva, irresistível, do seu nascimento por meio de si mesmo, do seu processo de geração. Na medida em que a essencialidade (Wesenhaftigkeit) do ser humano e da natureza se tornou prática, sensivelmente intuitível; na medida em que o homem [se tornou prática, sensivelmente intuitível] para o homem enquanto existência da natureza e a natureza para o homem enquanto existência do homem, a pergunta por um ser estranho, por um ser acima da natureza e do homem - uma pergunta que contém a confissão da inessencialidade da natureza e do homem - tornou-se praticamente impossível. O ateísmo, enquanto rejeição (Leugnung) dessa inessencialidade, não tem mais sentido algum, pois o ateísmo é uma negação (Negation) de Deus e assenta, por intermédio dessa negação, a existência do homem; mas o socialismo enquanto socialismo não carece mais de uma tal mediação; ele começa a partir da consciência teórica e praticamente sensível do homem não mais mediada pela superação da religião, assim como a vida efetiva é a efetividade positiva do homem não mais mediada pela supressão da propriedade privada, o comunismo. O comunismo é a posição como negação da negação, e por isso o momento efetivo necessário da emancipação e da recuperação humanas para o próximo desenvolvimento histórico. O comunismo é a figura necessária e o princípio energético do futuro próximo, mas o comunismo não é, como tal, o termo do desenvolvimento humano - a figura da sociedade humana." [MARX, 2017, p. 114].

A filosofia da práxis, na terminologia marxista, aqui é entendida como unidade dialética entre teoria e prática. Assim, a superação do atual estágio de coisas se pauta e se constrói dentro dessa unidade, da análise concreta da realidade concreta e de sua transformação material. Repetindo Marx, "O indivíduo é o ser social." [MARX, 2017], este movimento é fundamentalmente coletivo engendrado no seio da sociedade. A política, entendida enquanto luta pelo poder, é crucial e inescapável nesse processo. Portanto, para além de todas as conclusões aqui estabelecidas, não há, neste processo histórico, posição neutra ou apolítica. O homem enquanto ser social é essencialmente político, e isto significa a tomada de partido dentro da luta pela consciência coletiva a respeito do movimento das contradições sociais rumo a emancipação humana.

sobre a casa popular

“em qualquer bairro operário [...] a maioria das residências foi construída pelos próprios moradores.” [FERRO, 2006].

As limitações qualitativas são evidentes nas casas populares. Sempre construídas com os materiais mais baratos e simples, a maior parte delas, à época em que Sérgio Ferro escrevia (e ainda hoje), verdadeiras habitações mínimas, contam apenas com dois cômodos [FERRO, 2006]. A miséria objetiva-se elementarmente nas habitações proletárias. Eliminam qualquer particularização do construtor pela escassez, transforma, desse modo, a exceção em regra, “a produção aparentemente marginal revela o sistema totalmente inclusivo.” [FERRO, 2006]. A casa operária, conforme descrita por Ferro constitui, portanto, um retrato de nossas cidades.

“O valor de uso particular na miséria é intrinsecamente um valor de uso social entre os danados da terra: não há excessos que permitam a objetivação de idiosincrasias, a particularização. E como o nível a que se deve ater é o da satisfação única de imperativos vitais elementares, os resultados são praticamente os mesmos, sempre e em qualquer parte, variando somente em função do estágio histórico dos materiais primários (isto é, qual o mais barato a cada momento e local) compatíveis com a produção artesanal e individual.” [FERRO, 2006, p. 64].

Se, por um lado, a casa popular é o retrato nu da miséria absoluta, a construção da moradia pelo proletariado evidencia a armadilha contraditória em que este se encontra: é a autoconstrução, trabalho não pago na obtenção de um item básico para a sua sobrevivência, que rebaixa ainda mais (tendo em vista o abundante exército industrial de reserva no contexto latino-americano) o valor social médio de sua força de trabalho.

Por outro, no lado oposto da escala social, temos a mansão, a mercadoria em sua forma mais elementar. A casa burguesa reflete a imagem e semelhança de seu proprietário, ou seja, este, assim como aquele, existe para os outros, quer dizer, para oferecer aos outros uma imagem de si, é um “tesouro” para a representação convencional de seu poder (econômico). Na mansão “não é o uso que garante a troca, mas a troca possível justifica o uso limitado. [...] predomina o valor sobre o uso, a forma abstrata do trabalho social puramente quantitativa, sobre a conveniência pessoal.” [FERRO, 2006].

“Há que atribuir uma forma qualquer ao ouro feito concreto. Mas qualquer forma frustra. Sua particularidade estreita nega a universalidade latente no ouro. A forma limita o conteúdo. Mas o conteúdo específico do proprietário, para cuja captação e configuração tanto empenho requintado foi posto, é precisamente aquela universalidade. Na ausência de forma concisa que a expresse, o sucedâneo é a multiplicação de sua especificidade, a neutralidade anônima da riqueza invade sua morada inteira.” [FERRO, 2006, p. 75].

Os acabamentos que dominam as mansões e também as construções das classes médias e altas são representativos da irracionalidade da construção

civil brasileira, “[...] tais revestimentos são, na maioria, absolutamente dispensáveis do ponto de vista técnico. Raros são objetivamente necessários. Mas consomem de 20% a 40% do orçamento de uma casa ou apartamento.” [FERRO, 2006].

“[...] dizer que 30%, em média, do capital empregado em construção civil massificada vai para ‘acabamentos’, em país de imenso déficit habitacional, é caracterizar a irracionalidade nuclear do sistema. A produção da construção representa cerca de 10% do PIB. Destes 10%, metade é de construção civil. Desta metade, 30% é revestimento, isto é, 1,5% do PIB. É muito. Em seguida, este mesmo fato pode ser associado a outro: não há déficit de materiais de construção no Brasil. As indústrias deste setor trabalham com 48% de capacidade ociosa, em média.” [FERRO, 2006, p. 77]

O que Sérgio Ferro descreve como a provisão habitacional para as elites e às classes médias brasileiras se apresenta baseada estruturalmente na superexploração da força de trabalho na construção civil de modo a extrair, assim, o sobretrabalho, a mais-valia em taxas exorbitantes, possibilitadas pela pressão do exército industrial de reserva abundante, condição sine qua non da economia dependente latino-americana [MARINI, 2011] (Ferro calcula, em artigo de 1969, que o operário da construção civil recebe, de sua jornada de diária de 8 horas de trabalho, somente o equivalente ao produto de 48 minutos de seu dia). Os “revestimentos” são elemento determinante, portanto, do retrato de superexploração e fetichismo da mercadoria na construção civil brasileira. Desnecessários e, mesmo assim, abundantes nas obras, denunciam a irracionalidade do sistema que emprega “sem finalidade, o trabalho, puro denominador comum, [o qual] é apreciado por sua quantidade.” [FERRO, 2006].

Os revestimentos, para além do puro acúmulo de trabalho abstrato (portanto valor de troca agregado à mercadoria) representam, também, o ocultamento latente das mãos do operário, escondem as marcas do trabalho humano na construção por debaixo de azulejos e afins. A mercadoria emerge, assim, como valor absoluto, a-histórico e autônomo, escondendo por detrás de si as relações humanas de que é fruto.

“A mercadoria, para continuar seu reinado, esconde o que é e toma emprestado o que não é. Esconde as relações humanas de que é pura intermediária e faz parecer as relações humanas como consequência de sua autônoma movimentação. Adquire ares de independência. O valor, reflexo do trabalho social genérico, se transforma em sua propriedade intrínseca. É fetichismo da mercadoria o nome destes seus ‘bizarros caprichos’. Esta inversão, plenamente justificada pela aparência do mercado, tem importante função entretanto. Pois é ela que permite as fabulações da forma mantenedora do sistema. Ela alicerça a falsa a-historicidade da forma mercadoria, pois o valor e suas leis surgem como propriedades naturais das coisas e não como dos modos transitórios das relações humanas.” [FERRO, 2006, p. 81].

Dessa forma, sublinhamos que na construção civil, na economia dependente latino-americana, observa-se um duplo cenário fundamental. Primeiro, no estrondoso déficit habitacional observado nos países da América Latina (no Brasil já se atingiu o número de 7,7 milhões de moradias [BOAS; CONCEIÇÃO, 2018]), aliado à lógica estrutural da autoconstrução e irregularidade fundiária que domina as casas proletárias. Segundo, são em áreas de produção arcaicas (a construção civil não é um setor completamente industrializado ainda hoje se tratando de um setor produtivo

pautado, predominantemente, pelo trabalho manufatureiro), por utilizarem um capital constante menor que no setor industrial, que conseguem garantir uma taxa de lucro alta. Além disso, devido à baixa composição orgânica do capital aí empregado (mais uma vez devido à forma arcaica de produção) a taxa real de lucro é maior que nos setores industriais [FERRO, 2006]. Tratando-se portanto de um setor econômico fundamental na economia dependente brasileira, principalmente em períodos de crise. A construção civil é um dos exemplos mais claros da superexploração da força de trabalho enquanto estruturante da matriz econômica brasileira.

cidade, história e classe

“A cidade ‘ideal’ [...] é uma ficção mais política do que arquitetônica: nenhuma cidade jamais nasceu da invenção de um gênio, a cidade é o produto de toda uma história que se cristaliza e manifesta.” [ARGAN, 1993, p. 244].

Nas palavras de Milton Santos, temos que “o espaço é uma categoria histórica” e “a história da cidade é a história da sua produção continuada”. Ou seja, a cidade deve ser entendida como a cristalização dos processos de transformação social temporalmente sobrepostos em toda sua unidade dinâmica e contraditória, mas não entendendo-a como um dado passivo, ou seja, um mero reflexo determinado pelos processos sociais, mas sim como um dado ativo, dialético, na relação de um com o outro e, portanto, passível de apropriação e disputa.

Na linha contrária ao teor da declaração de Michelangelo, a história, e a cidade enquanto instituição fundamentalmente histórica, não é feita pelos heróis. A história da cidade é a história geral da cultura humana adquirida e acumulada através dos tempos e construída pelas massas sociais. Nas palavras de Salvador Allende, “a história é nossa e a fazem os povos”.

É nesse sentido que se colocam os problemas candentes de nossas cidades. Em consonância com Argan, os problemas urbanos evidenciam os problemas sociais, econômicos e políticos de nosso tempo e de nossa história. O fazer arquitetônico, portanto, não pode ser visto de maneira apartada do desenvolvimento social e urbano, é não só consonante mas entrelaçado a este.

“[...] é preciso dizer que ela [a arquitetura] forma um só todo com a cidade, de modo que tudo o que não funciona na cidade reflete, em última análise, os defeitos da cultura arquitetônica ou revela sua incapacidade de preencher suas funções institucionais.” [ARGAN, 1993, p. 243].

Uma das principais contribuições de Giulio Carlo Argan em suas reflexões sobre nosso campo disciplinar é o esforço em conceber e analisar, de acordo com a tradição marxista, a cidade enquanto um todo unitário e em contínuo movimento. A cidade enquanto instituição, não como essência, mas enquanto processo.

Nesse processo se identificam tendências, contradições e forças antagônicas. As diferentes classes sociais alteram o tecido urbano segundo as condições próprias de seu tempo. É nesse sentido em que Argan situa a crise das cidades no final do século XX, uma crise que atenta contra a cidade enquanto instituição.

“[...] essas mudanças não obedecem a leis evolutivas, são o efeito de um antagonismo entre vontade inovadora e tendências conservadoras. Uma das contradições do nosso tempo está no fato de que as forças políticas progressistas tendem a conservar e as forças políticas conservadoras a destruir o tecido histórico das cidades.” [ARGAN, 1993, p. 244].

O último quarto do século XX é elementar para entendermos o século seguinte, pois é ali que residem as principais transformações sociais e econômicas que configurarão este novo período. Estamos falando do processo de reorganização do capital internacional em seu processo continuado e aprofundado de financeirização, o qual, no que tange às cidades, significa uma série de operações urbanas em consonância e, principalmente, estruturadas pelo capital financeiro especulativo. Os mega-eventos, Guggenheim de Bilbao e Museu do Amanhã são

alguns exemplos elementares desse novo período.

“Esse é um fenômeno recorrente nos projetos contemporâneos, nos quais os edifícios se apresentam como totalidades em si, desgarrando-se da cidade, de qualquer contexto ou território. Eles cumprem funções para além do lugar e do local, são edifícios e infraestruturas transnacionais de circulação do capital. Essa arquitetura torna-se, por isso, auto-referente, tal como as finanças. Daí a irrelevância do contexto – não há mais que se preocupar em formar a cidade, um mundo coeso, eventualmente homogêneo. Assim, pode-se chegar a um verdadeiro ‘espaço delirante’, sem restrições de estrutura, de materiais, recursos e mesmo de qualquer uso.” [ARANTES, 2008, p. 15].

Se entendemos, então, a cidade como uma série de cicatrizes, marcas e operações históricas, compreendemos também que há uma clara disputa em torno desses marcos e categorias de referência. Os monumentos representam símbolos de um período determinado, da mesma forma que simbolizam um partido determinado em meio a trama histórica.

“Os monumentos urbanos tinham uma razão não apenas comemorativa, mas também didática: comunicavam a história das cidades, mas comunicavam-na em uma perspectiva ideológica, ou seja, tendo em vista um desenvolvimento coerente com as premissas dadas.” [ARGAN, 1993, p. 244].

A destruição sumária de tais monumentos é um atentado não só contra a arquitetura em si, mas contra a cidade enquanto instituição. Argan não vacila em apontar a especulação imobiliária como inimiga da arquitetura, da cidade e da cultura, demarcando uma clara disputa ideológica em torno do significado da urbanidade. Por um lado o ataque frontal ao seu caráter histórico e cultural em nome da máxima acumulação de capital, e de outro a luta pela conservação e ressignificação cultural e política urbana. Tratam-se não só de grupos opostos em abstrato, são classes distintas e antagônicas em conflito.

Dessa forma, para Argan, uma das tarefas imediatas dos arquitetos é a restauração de nossos centros urbanos. Não no sentido meramente técnico e patrimonial, mas no âmbito político e histórico. “[...] é bom nunca esquecer que as cidades são ‘bens culturais’ em seu conjunto e que, portanto, é inútil sanear bairros antigos se não se cuida, ao mesmo tempo, de lhes restituir uma função que não seja artificiosa.” [ARGAN, 1993]. Trata-se de conceber a cidade como um verdadeiro sistema de informação, em que se demarca, tradicionalmente, um núcleo cultural histórico e as periferias. Mas tal sistema de informação não deve ser concebido de maneira unilateral, como emanção única da cultura do núcleo histórico para as periferias, mas de fato como um sistema unitário em movimento duplo constante. Não é possível conceber as cidades sem a clareza da relação dialética entre centro e periferia.

“Um grande problema cultural da arquitetura moderna, portanto, é a reanimação dos centros históricos, que não se podem condenar a uma existência puramente de museu. É claro, todavia, que tal reanimação só é concebível no âmbito de uma revisão e reforma de todo o complexo urbano: se os centros históricos podem morrer esmagados sob o peso das periferias, não é possível imaginar a recuperação do

centro histórico sem o beneficiamento das periferias. O próprio conceito de centro histórico é confuso, viciado desde a origem. Parte da pressuposição de que as diversas partes da cidade tem valores históricos diferentes; é ainda a velha distinção idealista de crônica e histórica, segundo a qual são história as ações do príncipe e crônica a dos pobretões. A cidade é uma entidade histórica absolutamente unitária, e uma das grandes tarefas culturais dos arquitetos é resgatar as periferias de uma condição de inferioridade ou até mesmo de semicidadania. E isso só se pode conseguir estabelecendo em toda a cidade uma circulação cultural uniforme que a torne, realmente, um sistema de informação.” [ARGAN, 1993, p. 249].

A cidade enquanto sistema de informação, para Argan, não se trata de mera abstração, mas de um movimento concreto de disputa de consciência em torno do caráter fundamentalmente histórico e político da cidade enquanto sistema unitário. Não se trata, portanto, do fluxo de informações meramente técnico ou publicitário, mas sim de um processo concreto de politização do espaço urbano através de seus sujeitos históricos.

“A cidade, como sistema da informação, não pode limitar-se a transmitir notícia características e publicitárias. É uma entidade política que deve transmitir o sentido do seu caráter político, e não vemos como possa fazê-lo se não justificar o seu caráter político com seu caráter histórico.” [ARGAN, 1993, p. 250].

Retomando, então, o conceito de direito à cidade, a partir de Lefebvre, o habitar a cidade não é concebido somente enquanto direito formal sobre determinados espaços urbanos, sobre os centros históricos, mas realmente no sentido de uma apropriação política da cidade. E tal disputa política está inserida no contexto geral da sociedade e portanto da luta de classes. Assim como aponta Argan em sua análise, tal disputa pelo caráter histórico da cidade é a materialização espacial do conflito de classes que estrutura a sociedade capitalista.

“O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. [...] Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização. Aqui ainda, como há um século, ela nega e contesta, unicamente com sua presença, a estratégia de classe dirigida contra ela. Como há um século, ainda que em novas condições, ela reúne os interesses (aqueles que superam o imediato e o superficial) de toda a sociedade, e inicialmente de todos aqueles que habitam.” [LEFEBVRE, 2001, p. 118].

Nesse sentido, a apropriação política da cidade não se afirma em abstrato, mas com um claro recorte: é a tarefa fundamental da classe trabalhadora em sua luta revolucionária por uma nova sociedade. E, mais importante, inclui-se aqui o arquiteto enquanto elemento fundamental de tal disputa.

“A estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante. Ela não age por si mesma. Não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela. Apenas esta classe, enquanto classe, pode

contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos 'centro de decisão'. Isto não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas que sem ela nada é possível. A integração sem ela não tem sentido, e a desintegração continuará, sob a máscara e a nostalgia da integração." [LEFEBVRE, 2001, p. 113].

o social-liberalismo e a provisão habitacional brasileira recente

O Partido dos Trabalhadores toma o centro da política brasileira a partir do processo de lutas pela redemocratização, entre o final dos anos 1970 e 1980. Liderando o processo de reorganização da classe trabalhadora após o ápice do período repressivo, tornou-se o Partido hegemônico da esquerda brasileira.

Entre os preceitos políticos iniciais do Partido nos anos 1970 até o que resta disso durante os governos Lula e Dilma, há um grande salto, e uma profunda mudança na consciência partidária, um processo de transformismo, em termos gramscianos, das lideranças sindicais e partidárias, que desembocará numa guinada centrista, ou social-liberal em termos mais precisos, dos anos 1990 até a ascensão à presidência do país [IASI, 2012].

A análise dessa complexa mudança não cabe aqui, mas apontamos fundamentalmente o esfacelamento da estratégia democrático-popular e do horizonte socialista do Partido, uma renúncia em termos claros, tendo como consequência o apassivamento da classe trabalhadora a partir de suas direções e órgãos sindicais e representativos. Passando, portanto, de antagonista ao modelo e avanço neoliberal para gestor e implementador dessas políticas, com uma sóbria e inofensiva preocupação social.

“Quatro mandatos presidenciais demonstram, é certo, a eficiência tática do caminho do pacto social. Mas algo salta à vista de qualquer analista atento: a tática de permanência no governo não acumulou forças no sentido esperado no quadro da estratégia democrática popular. Pelo contrário: desarmou a classe trabalhadora de sua autonomia necessária, a desorganizou, despolitizou, e deslocou o campo de luta para o terreno do inimigo: seu Estado. Aí está um nó principal no grande equívoco de implementação da estratégia na situação de governo. O Estado não é neutro, nem altera sua natureza de classe pela ocupação de seus espaços por forças sociais oriundas de outras classes, segue funcionando como Estado-classe, nos termos gramscianos.

Para manter os termos necessários ao pacto e a conciliação de classes, o governo é obrigado a golpear os trabalhadores em seus direitos mais elementares. O preço da governabilidade não é o adiar da execução integral do programa democrático popular, é sua mais retumbante renúncia.” [IASI, 2016].

Fundamentalmente o que importa aqui são duas caracterizações. Quanto as políticas sociais, no sentido de não visarem transformações estruturais, bem como a demarcação política e econômica dos governos petistas.

Nesse sentido, o discurso oficial governista, bem como as análises hegemônicas na academia, marcaram o período como o início do processo de superação do subdesenvolvimento brasileiro, a era do neodesenvolvimentismo. Crescimento econômico com distribuição de renda e políticas sociais. A política econômica centrou-se, nesse período, na ampliação do consumo via ampliação de crédito para as massas trabalhadoras.

O que, porém, fica claro, a partir de uma análise concreta a respeito da realidade econômica dos trabalhadores brasileiros no período, é de que o crescimento econômico promovido pelo PT não alterou as bases estruturais do

capitalismo dependente brasileiro. Ou seja, a matriz produtiva brasileira seguia fundamentada na superexploração da força de trabalho e, mais ainda, o processo de financeirização da economia brasileira não encontrava, finalmente, um antagonista, pelo contrário, estava sendo alimentado e aprofundado de maneira gritante. O discurso vindo dos salões oficiais e dos iludidos politicamente, portanto, ocultavam o endividamento massivo gerado pela ampliação de crédito que pautava a economia, bem como as condições precárias e insalubres de vida e trabalho que pautavam o cotidiano das massas trabalhadoras.

O que observou não foi um ciclo neodesenvolvimentista, mas sim o aprofundamento da condição dependente do capitalismo brasileiro. “O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma de exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia.” [OLIVEIRA, 2011]. Assim como afirma Chico de Oliveira, na conjuntura brasileira, a exceção nada mais é que a regra fundante de nossa realidade. Sem uma estrutural ruptura econômico-política, a qualquer desenvolvimento só se seguirá o desenvolvimento do subdesenvolvimento, parafraseando Andre Gunder Frank.

Assim como afirmado anteriormente, essa nova etapa do capitalismo brasileiro possui enquanto paralelo o processo de transformismo das lideranças partidárias e sindicais do petismo. As medidas governamentais de caráter neoliberais são implementadas com o aval dessas lideranças, as quais outrora estiveram a serviço da classe trabalhadora em antagonismo a esse mesmo avanço neoliberal nas décadas finais do século XX.

Um exemplo claro disso, é o FGTS e seus recursos, que nada mais são que elementos fundamentais do sistema de financiamento e provisão habitacional brasileiro. Trata-se de uma “poupança compulsória de todos os trabalhadores registrados” de forma a complementar suas rendas ao se aposentarem e em caso de desemprego. Assim, capturam-se tanto as demandas sociais dos trabalhadores, quanto o apoio e garantia de lucro financeiro nas operações de habitação. O destaque vai para o fato de que desde 1989 as centrais sindicais fazem parte do Conselho Curador desse Fundo Público, junto com empregadores e o próprio governo. Diversas mudanças singulares no plano econômico-político brasileiro passaram por essa instância deliberativa, muitas em detrimento dos interesses proletários, e, ainda assim, com o aval das lideranças sindicais. Como o caso do Minha Casa Minha Vida.

Por fim, aponta-se o fato de que o Estado Brasileiro atuou de maneira a salvaguardar os grandes conglomerados empresariais privados diante das ameaças da crise internacional de 2008. Os programas econômicos se voltaram para a necessidade de alimentar a economia e resguardar as empresas nacionais de qualquer ameaça, sendo um de seus frutos o Programa Minha Casa Minha Vida, carro chefe da economia brasileira a partir de 2009.

“Diante da crise externa de 2008, o novo desenvolvimentismo atuou como bombeiro no socorro do grande capital monopolista que apresentou sintomas de crise. A política econômica social-liberal, com pitadas de novo desenvolvimentismo, está a serviço da economia política do capital financeiro internacional e nacional em todas as suas frações, [...] que, aliás, estão cada vez mais integradas com o processo de concentração e centralização do capital, algo típico de um momento de crise.” [CASTELO, 2013].

dos Trabalhadores não se conformaram enquanto reformistas, desenvolvimentistas ou social-democratas. O que foi implementado foi o programa neoliberal imposto pelo mercado financeiro internacional com limitadas preocupações sociais, a partir de programas de interesse social focalizados, e não no sentido de qualquer transformação estrutura da matriz econômica brasileira.

“Este ajuste complementar pode ser chamado de social-liberalismo, que muda certos aspectos do neoliberalismo para preservar a sua essência, a saber, a retomada dos lucros dos grandes monopólios capitalistas via o novo imperialismo, a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho, a reconfiguração das intervenções do Estado ampliado na economia e na ‘questão social’, o apassivamento e cooptação da classe trabalhadora e, em determinados casos, a decapitação das suas lideranças mais combativas.

O desembarque do social-liberalismo na América Latina se deu pelas mãos de antigos partidos social-democratas, organizações que outrora defenderam os interesses dos trabalhadores e, atualmente, aderiram ao projeto burguês contemporâneo, tentando maquiar alguns dos seus aspectos sociais mais nefastos com medidas paliativas. Esta é a nova face do neoliberalismo na América Latina, na qual as política econômicas e sociais seguem, em essência, os ditames do pós-Consenso de Washington, escrito pelo mesmo redator do Consenso de Washington. Ou seja, tudo mudou para permanecer o mesmo, em uma nova etapa da longa revolução passiva latino-americana.” [CASTELO, 2013].

A correta caracterização das experiências petistas, e de seus programas e medidas sociais, é fundamental para a análise concreta da realidade. Bem como para avançar no sentido da superação das condições de exploração atualmente impostas sobre nossa sociedade a partir de uma análise correta acerca do verdadeiro legado dos chamados “governos progressistas”.

Nesse cenário, despidendo-se todas as mistificações e ilusões acerca do período marcado pelos governos Lula e Dilma, podemos aprofundar nossa análise em torno do Programa Minha Casa Minha Vida, no sentido de encaminharmos rumo ao lugar do arquiteto na atualidade brasileira.

Os governos PT foram fruto de uma coalização política amplíssima, no sentido de abarcar desde os setores populares que compunham a base do Partido, até setores do capital financeiro e da burguesia nacional, bem como recorrentes acordo e coalizões com partidos de direita. Dessa forma, inúmeras contradições rondaram seus programas e medidas, num processo gradual de ceder cada vez mais espaço político e programático para o capital financeiro em detrimento das bases populares.

O próprio Programa Minha Casa Minha Vida é um exemplo notório disso, Lançado em 2009, trata-se de um Programa central dos governos PT, tornando-se o principal fomento ao desenvolvimento econômico do país, através da criação de empregos, estímulo produtivo e financeiro. Trata-se de um política econômica anticíclica, sendo a principal resposta do governo à crise econômica internacional de 2008. “[...] o investimento na construção de habitações ainda tem o que se chama de efeito ‘anticíclico’, por mobilizar uma enorme cadeia produtiva que vai da indústria de materiais básicos de construção à de eletrodomésticos.” [AMORE, 2013].

Diante de uma necessária resposta à crise internacional de 2008, o Programa Minha Casa Minha Casa colocava novamente no centro da economia brasileira a construção civil, mas agora num cenário distinto dos anos de BNH: a hegemonia política do capital financeiro estava consolidada, o que se observa claramente no

controle que este possui das políticas dos governos PT e a exemplo também de seus sempre presentes representantes na composição do governo, como Henrique Meireles (Presidente do Banco Central do Brasil nos governos Lula) e Joaquim Levy (Ministro da Fazenda no segundo governo Dilma).

“O pacote foi elaborado pelo governo em diálogo direto com os empresários e investidores envolvidos e, inicialmente, tinha como objetivo salvar as empresas da débâcle e, ao mesmo tempo, funcionar como medida contracíclica para garantir empregos e crescimento num cenário internacional desfavorável. Nesse sentido, suas ações deveriam ser imediatas e, portanto, desviar de qualquer política complexa que exigisse longo tempo de maturação ou que encontrasse resistências, como é o caso de uma política fundiária.” [ROLNIK, 2015].

Ao lançamento, seguiram-se diversas manifestações do movimentos sociais, apartados da formulação do programa, as quais teriam como resposta a conquista de uma modalidade específica que receberia subsídios a serem destinados à produção de moradias por associações e cooperativas autogestionadas. Tratam-se do PNH-Rural e do MCMV-Entidades, porém, que correspondem juntos somente a 1% do total de unidades e recursos do MCMV. A maioria dos empreendimentos, portanto, se dá pela modalidade Empresas.

“O MCMV-Empresas apresenta condições específicas para diferentes faixas de renda, com valores distintos no que diz respeito aos subsídios, aos mecanismos financeiros e comerciais, bem como ao limite de valor das unidades. A primeira faixa (até 1,6 mil reais de renda familiar) oferece um produto quase totalmente subsidiado, construído por empresas privadas, mas distribuído pelos governos locais. Os beneficiários são definidos pelos governos locais com base em seus próprios cadastros de demanda. [...] A diferença entre o custo da unidade e a quantia total paga pelos moradores é coberta por recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), um fundo público alimentado pelo orçamento federal. Os subsídios representam, portanto, a quase totalidade do custo da unidade. A segunda faixa (famílias com renda mensal entre 1,6 mil reais e 3,1 mil reais) também é beneficiada por subsídios, mas em menos grau. Os compradores nessa condição dispõem de um subsídio direto que vai até 23 mil reais, cerca de 20% do limite de preço da unidade no momento da assinatura do contrato. Eles também são beneficiados por linhas de crédito com taxas de juro abaixo das condições de mercado e pela concessão de garantia por um fundo público (Fundo Garantidor da Habitação - FGHab). Os benefícios da terceira faixa (renda familiar mensal até 5 mil reais) são apenas crédito mais barato e a garantia do FGHab. Para as faixas 2 e 3, tanto a construção como a comercialização das unidades habitacionais é feita diretamente pela empresa privada que construiu os imóveis. A Caixa financia a produção e fornece subsídios para quem quiser comprar as unidades, mas os riscos e responsabilidades são assumidos pela empresa. Em todos os casos, existe um teto de preço para a unidade que deve ser cumprido para que o projeto se beneficie dos subsídios e das condições de crédito: 76 mil reais para a primeira faixa e até 190 mil para a segunda.” [ROLNIK, 2015].

O Minha Casa Minha Vida - Empresas é, portanto, uma política social-liberal por excelência. O subsídio via verba pública para aquisição de moradias pela população de baixa renda se articula com a produção e financiamento de caráter privado. Uma política que, essencialmente, fortalece o capital financeiro.

Prova disso é o crescimento assombroso que tiveram empresas como Cyrela e Gafisa. Que anteriormente destinavam seus empreendimentos para classe média alta e mercado de luxo, e que, com o advento do MCMV, passaram atuar em um novo nicho de mercado, as faixas de renda 1, 2 e 3. Sobre tudo a faixa 3, que é mais rentável e mais explorada pelas empresas, por conta das peculiaridades descritas por Raquel Rolnik acima.

“Enquanto em 2007 cerca de 2/3 da produção imobiliária do grupo tinha sido realizada sob a marca Cyrela, significando produtos de alto padrão, em 2009 cerca de 2/3 dos lançamentos foram unidades habitacionais da marca popular Living.” [ROLNIK, 2015].

Isso aliado a entrada dessas empresas na bolsa de valores nos anos precedentes e seguindo os lucros exorbitantes e grande valorização de suas ações na bolsa [ROLNIK, 2015], corroboram a afirmação de que o Minha Casa Minha Vida, mais do que uma política de combate ao déficit habitacional, significou uma política econômica contracíclica de combate a crise internacional centrando-se no fomento e fortalecimento dos grandes conglomerados empresariais privados, sobretudo da construção civil e mercado financeiro.

“O MCMV revela a reprodução do capital em sua forma mais voraz - numa associação entre setor produtivo e especulativo. Com óbvias e raras exceções, o padrão geral da produção é de baixa industrialização e prevalência da manufatura, do trabalho desqualificado explorado em seu limite, sendo que o mínimo cuidado com o conforto do trabalhador - também para que seu trabalho renda no limite da produtividade - fica reservado a obras promovidas pelas grandes construtoras que operam num mercado voltado para rendas mais altas.” [AMORE, 2013].

No ano de 2018, o déficit habitacional chega a 7,7 milhões de moradias. Um crescimento de 5,9% desde 2019, ano do lançamento do Minha Casa Minha Vida [VILLAS BOAS; CONCEIÇÃO, 2018]. O dado serve para aprofundar a compreensão do real caráter político e econômico do Programa.

Uma contradição notória do MCMV é o fato de que a faixa econômica a concentrar mais de 90% do déficit habitacional, deveria receber somente 40% dos investimentos previstos originalmente [AMORE, 2013]. Durante os anos de sua implementação, o que se observou foi um corte progressivo dos investimentos e provisão habitacional para as famílias enquadradas na Faixa 1. Além disso, a faixa enfrenta altos índices de inadimplência, chegando a 36,9% das famílias apresentavam prestações atrasadas ao final de 2018.

“Em 2009, quando o Minha Casa Minha Vida foi lançado, a Faixa 1 respondia por 50% das unidades contratadas. No ápice do programa, em 2013, as unidades da Faixa 1 respondiam por 59% do total. No ano passado, essa faixa respondeu por menos de 21% das unidades contratadas.” [LIS, 2019]

Um dos fatores que mais pesa contra o MCMV é a reprodução da estrutura de desenvolvimento urbano baseado na segregação socioespacial. Os Conjuntos do

Programa, são, em sua maioria, localizados nas periferias urbanas, onde o preço do solo é mais barato, em localidades distantes das mais básicas infraestruturas e ofertas de emprego.

“Dentre as faixas de renda atendidas pelo programa, os conjuntos para faixa 3 são os que mais se aproximam das áreas centrais mais bem equipadas das cidades, enquanto os empreendimentos para faixa 1 estão claramente dispersos pelas periferias mais afastadas, próximos às margens das cidades, em lugares que não apenas são distantes dos territórios privilegiados, mas também são homogêneos do ponto de vista social. Se o programa passou a atingir uma camada da população que historicamente não era atendida pelas iniciativas federais na área habitacional, não chegou a interferir no lugar tradicionalmente ocupado por ela nas cidades, reproduzindo o padrão periférico.” [ROLNIK, 2015].

Soma-se a isso o fato de que, como o teto de gastos do empreendimento e as dimensões das unidades já estão previamente estabelecidos, a possibilidade de lucro das construtoras se centra no processo de produção. Ou seja, na padronização das unidades, na velocidade da construção e na compra dos terrenos mais baratos possíveis.

A consequência direta disso é a produção de conjuntos precários, de qualidade arquitetônica bastante duvidosa, isolados das malhas urbanas e da infraestrutura básica, a superexploração da força de trabalho nos canteiros de obra, a criação de vazios especulativos e o aprofundamento da segregação socioespacial nas cidades.

“A política habitacional desempenhou historicamente um papel central na consolidação do modelo urbano dessas regiões metropolitanas, assim como na reprodução de seu padrão de segregação socioespacial. A construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas onde a terra é mais barata - forma de provisão habitacional predominante ao longo de décadas - contribuiu substancialmente para impulsionar o espraiamento urbano, a proliferação de um padrão urbanístico monofuncional e o estabelecimento de uma divisão territorial entre ricos e pobres.

Apesar dos muitos bilhões de reais em subsídios públicos, o programa MCMV não impacta a segregação urbana existente. Pelo contrário, apenas a reforça, produzindo novas manchas urbanas monofuncionais ou aumentando a densidade populacional de zonas guetificadas já existentes. A intensa produção de moradia sem cidade ao longo das décadas de urbanização intensa acabou por gerar ampla segregação e uma série de problemas sociais que trouxeram ônus significativos para o poder público nas décadas seguintes, fenômeno que está se repetindo novamente.” [ROLNIK, 2015].

Dessa forma, podemos concretamente caracterizar o Programa Minha Casa Minha Vida. Pauta-se pela agenda do mercado financeiro, visando resgatar e alimentar os grandes conglomerados empresariais em decorrência da crise internacional de 2008, configurando-se enquanto medida contracíclica.

Aprofunda ainda mais a segregação socioespacial estruturante do desenvolvimento urbano brasileiro ao longo da história, não tendo qualquer

impacto no modelo de espraiamento urbano periférico e na divisão territorial entre classes sociais.

Da mesma forma, não combate o déficit habitacional brasileiro, o qual aumentou, e muito, desde a implementação do programa. Relegando ao segundo plano a Faixa 1, na qual se encontra de fato o problema, e, no decorrer dos anos, sofrendo um corte gradual nos investimentos nessa faixa, dando prioridade às faixas médias, sobretudo a Faixa 3.

Aprofunda e não representa um contraponto ao modelo tradicional de produção na construção civil, pautada fundamentalmente no canteiro de obras de caráter manufatureiro e na superexploração da força de trabalho.

Portanto, o Programa Minha Casa Minha Vida possui um caráter neoliberal e focalizado em demandas sociais, tratando-se uma política fundamentalmente social-liberal, característica que marca e estrutura os governos PT ao não se constituir enquanto alternativa concreta ao avanço do mercado financeiro em detrimento das demandas populares.

o arquiteto e a práxis

A partir da compreensão do arquiteto, da cidade com relação aos processos históricos, percebe-se que não existe possibilidade de prática isenta, neutra, ou da constituição da disciplina enquanto completamente autônoma (entenda-se independente) dos processos sociais e econômicos correntes. A práxis do arquiteto ao longo da história é determinada por profundas transformações sociais, e não é possível compreendermos nosso campo disciplinar sem o correto entendimento dos elementos críticos da economia-política.

A arquitetura desde o final do século XX aprofunda suas contradições. Para além da reconhecida crítica de Sérgio Ferro à arquitetura moderna e a ilusão desenvolvimentista, evidenciamos o aprofundamento do processo de financeirização da economia, que encontra nas operações urbanas e na construção civil um fértil terreno para a reprodução desenfreada do capital especulativo.

“A financeirização empurra a arquitetura para uma arriscada fusão com a forma publicitária e com a indústria do entretenimento. A relação clássica de forma e função expressa na tectônica do objeto arquitetônico parece estar sendo ‘liquefeita’ para que a arquitetura possa circular mundialmente como imagem de si mesma.

De outro lado, a economia rentista está levando a arquitetura a esferas de valorização cada vez mais distantes das reais necessidades humanas. São mínimas ou mesmo inexistentes as iniciativas desses arquitetos-estrela para procurar soluções que pudessem ao menos amenizar a condição de pobreza da imensa maioria do globo. A outra face da arquitetura de marca, rendida ao espetáculo, é um planeta em urbanização acelerada e povoado por favelas, sem solução técnica à vista e sem horizonte de transformação política.” [ARANTES, 2008, p. 21].

A ideologia do high-tech nos processos construtivos encontra larga promoção no campo dos especuladores, como bem vista nas grandes operações promovidas pelos star architects, como Gehry, Foster, Calatrava. Assumindo o discurso de revitalização dos grandes centros urbanos, a contrapartida concreta observada é mais da mesma destruição do caráter histórico e cultural da cidade enquanto instituição descrito por Argan. Nesse sentido, não há exemplo mais claro que os mega-eventos e suas gigantescas operações praticadas pelos consórcios internacionais. Assim, temos:

“A grande tarefa cultural dos arquitetos, hoje, é a recuperação da cidade, e não importa que a cura da cidade doente seja, como programa, menos brilhante do que a invenção de novas cidades. Apenas através de uma rigorosa metodologia de terapia urbanística ainda se pode salvar a cidade como instituição histórica, sem comprometer sua atualidade de sistema de informação. A cidade, de resto, é o melhor aparato de mediação entre cultura de classe e cultura de massa, aquele que, mais do que qualquer outra coisa, poderá garantir o caráter intrinsecamente democrático da que será a nova estrutura - de massa - da sociedade e da cultura. Para que isso

aconteça, é preciso que os arquitetos, na qualidade de técnicos especialistas da cidade, retomem o controle da sua gestão, das suas mudanças, dos seus desenvolvimentos. Não se pede, é claro, a exclusão dos políticos, ao contrário, o que se deseja é que sejam politizadas a metodologia e a técnica de projeto dos arquitetos, a fim de que a correção dos erros técnicos da arquitetura do passado recente seja, ao mesmo tempo, a correção dos erros políticos que causaram a decadência da cidade.” [ARGAN, 1993, p. 250].

Dessa forma, não cabe ao arquiteto ficar passivo e alheio a tais processos. Mais do que a reconstrução de nossas cidades no sentido técnico e patrimonial, o que se coloca é a tarefa histórica fundamental da classe trabalhadora, a disputa ideológica das massas pelo poder em nossa sociedade.

“[...] o problema põe-se unicamente assim: ideologia burguesa ou ideologia socialista. Não há meio termo (porque a humanidade não elaborou uma ‘terceira’ ideologia; ademais, em geral, na sociedade cortada pelas contradições de classe, não pode nunca existir uma ideologia à margem das classes ou acima das classes). Por isso, tudo o que seja rebaixar a ideologia socialista, tudo o que seja afastar-se dela, significa fortalecer a ideologia burguesa.” [LENIN, 2015, p. 90].

Portanto, a questão apresenta-se da seguinte maneira: o arquiteto e sua práxis, inseridos no contexto geral de nossa sociedade estruturada pelos interesses inconciliáveis das classes antagônicas, ou estão orientados pelas forças conservadoras, ou pelas forças populares, não há meio termo.

Seguindo para além de Argan, não basta os arquitetos e políticos retomarem o controle da gestão das cidades. Mas trata-se, fundamentalmente, de subverter a ordem pré-estabelecida a partir da organização política de uma nova hegemonia. A arquitetura popular não se faz somente em favor do povo, mas, primordialmente, para e pelo próprio povo.

“O projetista que elabora um plano lutando contra as forças que tentam impedi-lo de projetar para a coletividade determina a própria metodologia como comportamento de luta contra aquelas forças. Não se projeta nunca para mas sempre contra alguém ou alguma coisa: contra a especulação imobiliária e as leis ou as autoridades que a protegem, contra a exploração do homem pelo homem, contra a mecanização da existência, contra a inércia do hábito e do costume, contra os tabus e a superstição, contra a agressão dos violentos, contra a adversidade das forças naturais; sobretudo, projeta-se contra a resignação ao imprevisível, ao acaso, à desordem, aos golpes cegos dos acontecimentos, ao destino. Projeta-se contra a pressão de um passado imodificável, para que sua força seja impulso e não peso, senso de responsabilidade e não complexo de culpa. Projeta-se contra algo que é, para que mude; não se pode projetar para algo que não é; não se projeta para aquilo que será depois da revolução, mas para a revolução, portanto contra todo tipo e modo de conservadorismo. É portanto impossível considerar a metodologia e a técnica do projetista como zonas de imunidade ideológica. A sua metodologia e a sua técnica são rigorosas porque ideologicamente intencionadas. A ideologia não é abstrata imagem de um futuro-catar-se, é a imagem do mundo que tentamos construir lutando: planejando não se planeja a vitória mas o comportamento que nos propomos manter na luta.” [ARGAN, 2000, p. 53].

Argan sintetiza com clareza a impossibilidade de neutralidade do arquiteto em seu ofício. Todo projeto é, em si, desígnio. Todo projeto exprime uma intenção e um partido político para a sociedade. Do mais metafísico dos idealistas ao mais ortodoxo dos marxistas, todo projeto é mediado e estruturado por uma análise acerca da realidade concreta. Assim, o plano político é inescapável qualquer que seja o sujeito. Isso porque, repetindo Marx, “o indivíduo é o ser social.” [MARX, 2017]. Há uma unidade dialética inseparável entre o sujeito e suas particularidades históricas e sociais e o homem enquanto ser social em sua totalidade. Dessa forma, todo projeto é uma resposta à unidade das contradições em movimento da história humana. Indo para além de Argan, o projeto não só é sempre contra algo ou alguém, mas, fundamentalmente, a construção material de nossa realidade a partir de uma resposta ao devir histórico colocado. Nesse sentido, não há sentido em se discutir projeto pelo projeto, em abstrato. Fazer Arquitetura é fazer Cidade, e para tal é preciso conservar ou transformar as estruturas da sociedade. Marx provoca:

“O problema da possibilidade de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é um problema teórico, mas sim um problema prático. É na prática que o homem deve demonstrar a verdade, ou seja, a realidade e o poder do seu pensamento. A controvérsia em torno da realidade ou irrealidade do pensamento - isolado da prática - é um problema puramente escolástico.” [MARX apud SAVIANI, 2013].

Agora, e aqui retomamos Lênin, para fazer Arquitetura, é preciso analisar e compreender cientificamente a cidade e a sociedade, não só em seu estado atual, mas em seu processo em movimento. A partir de então, depara-se com o devir histórico dos sujeitos sociais em questão. Para Marx, o motor da história é a luta de classes, assim, existem as forças que trabalham no sentido de frear seu movimento, e as forças que trabalham no sentido contrário. As quais Argan chama de forças conservadoras e forças progressistas.

Para tanto, diante dos problemas de qualquer época, os sujeitos sociais podem proceder fundamentalmente de duas maneiras: de maneira conservadora ou de maneira transformadora. Porém, a transformação que se pressupõe aqui, assim como a própria realidade, é concreta e não abstrata. Ou seja, o caminho que se afirma no ofício é a análise concreta da realidade concreta, mas para a transformação desta é preciso desenvolver os frutos desta análise em ações práticas. Isso significa dizer não somente que não existe o fazer técnico isolado do compromisso político, como também que não existe transformação concreta da realidade sem ambas as dimensões: da competência técnica e do compromisso político.

“a teoria em si [...] não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação: tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade, ou antecipação ideal de

sua transformação.” [VÁSQUEZ apud SAVIANI, 2013].

Retornemos a Marx: “É na prática que o homem deve demonstrar a verdade, ou seja, a realidade e o poder do seu pensamento.” [MARX apud SAVIANI, 2013]. Isso é dizer que para se cristalizar a verdade concebida antes em teoria é fundamental ações práticas, concretas, efetivas para tal, ou seja, organizar as massas capazes de concretizar o seu devir histórico extraído da análise científica de nossa sociedade. Porém, não se afirma partir da teoria a prática, através da primeira enquanto receituário. Mas sim, afirma-se a dialética entre teoria e prática. Uma determina e é determinada pela outra e vice-versa. Para tanto, se para transformar os fatores atuais de opressão em nossos tempos é necessário, antes, uma leitura correta acerca das forças que assim o produzem, também é necessário, antes de mais nada, um compromisso político por tais transformações para que se corretamente analise e compreenda o movimento concreto e contraditório do real. Só assim é possível afirmar que “O problema da possibilidade de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é um problema teórico, mas sim um problema prático.” [MARX apud SAVIANI, 2013]. Dessa maneira, expõe-se o caráter conservador dos idealistas. Por não calcar a análise teórica em base material, não há, assim, verdade objetiva em tal teoria, e, principalmente, não há verdade objetiva em qualquer ação prática orientada por tal teoria. O exercício idealista, não pode produzir nada que não falseamentos da realidade concreta e nada que não práticas conservadoras. As análises e postulados decorrentes de tal tradição não podem ser nada além do mais puro abstracionismo, inúteis, portanto, para qualquer transformação objetiva. Isso porque “A controvérsia em torno da realidade ou irrealidade do pensamento - isolado da prática - é um problema puramente escolástico.” [MARX apud SAVIANI, 2013].

Nos delongamos nessa análise para afirmar com clareza qual a problemática central que perpassa este trabalho e o consequente exercício projetual que o acompanha. O qual pode ser sintetizado por Artigas:

“Surge afinal a questão: onde ficamos? Ou: que fazer? Esperar por uma nova sociedade e continuar fazendo o que fazemos, ou abandonar os misteres de arquiteto, já que eles se orientam numa direção hostil ao povo, e nos lançarmos na luta revolucionária completamente?

Nenhum dos dois, unicamente.

É claro que precisamos lutar pelo futuro de nosso povo, pelo progresso e pela nova sociedade dando a esta missão o melhor dos esforços, pois é à medida que, pela participação na luta ao lado do povo, compreendermos seus anseios, fizermos parte dele, que iremos criando espírito crítico para afastar o bom do inútil na arquitetura, que atingiremos a ‘espontaneidade nova’, que criará como interpretação direta dos verdadeiros anseios populares.

Mas é claro também que, enquanto a ligação entre os arquitetos e as massas populares não se estabelecer, não se organizar, enquanto a obra dos arquitetos não tiver a suma glória de ser discutida nas fábricas e nas fazendas, não haverá arquitetura popular.

Até lá... uma atitude crítica em face da realidade.” [ARTIGAS, 2004].

Disso, retomamos Argan em sua formulação de projeto enquanto tomada de partido diante da realidade. Segundo Artigas, em sua clássica aula sobre O Desenho, em 1967, esse instrumento de nosso ofício estrutura-se a partir de um duplo caráter, “[...] se de um lado é risco, traçado, mediação para expressão de um plano a realizar,

linguagem de uma técnica construtiva, de outro lado é desígnio, intenção, propósito, projeto humano no sentido de proposta do espírito.” [ARTIGAS, 2004]. É na dialética entre mediação e desígnio (ou ordem, como afirma Sérgio Ferro) que se fundamenta o desenho. Nesse sentido, reforça-se a análise de Argan em que em todo projeto sempre se postula um projeto de sociedade, da competência técnica projetual se acompanha, inescapavelmente, um compromisso político. O desenho é mediação da essencialidade humana, em Marx a relação do homem com o homem e do homem com a natureza para satisfação das necessidades do ser social, ao mesmo tempo que é desígnio porque exprime uma intenção, um ordenamento de sociedade, o qual mesmo na limitação particular do indivíduo não é menos social, pois, novamente, “o indivíduo é o ser social.” [MARX, 2017]. Assim, Artigas apresenta a problemática em torno da arquitetura popular e da luta para construí-la, ao mesmo tempo que apresenta uma resposta:

“Os novos símbolos são irmãos das novas técnicas, e filhos dos velhos símbolos. Como se viu, ninguém desenha pelo desenho. Para construir igrejas há que tê-las na mente, em projeto. Parodiando Bluteau, agrade-me interpelar-vos, particularmente aos mais jovens, os que ingressam hoje em nossa Escola: que catedrais tendes no pensamento? Aqui aprendereis a construí-las duas vezes: aprendereis da nova técnica e ajudareis na criação de novos símbolos. Uma síntese que só ela é criação.” [ARTIGAS, 2004, p. 118].

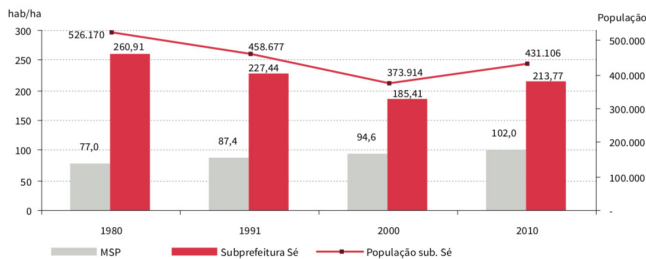
O novo a ser construído estrutura-se a partir da mediação dos conhecimentos adquiridos e sintetizados pelo homem historicamente. As “novas catedrais” surgirão a partir das clássicas erigidas, como de Brunelleschi e Michelangelo, mas a história não é um acúmulo linear, é um movimento em unidade contraditória, e da dialética só se efetiva a partir da análise concreta das contradições da realidade concreta para sua consequente supressão, alçando assim saltos qualitativos em direção ao novo, que nada mais é que a negação da negação do velho. As “novas catedrais” não serão as mesmas dos mestre renascentistas, nem mesmo as de Artigas e tampouco as de Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre. Nesse estudo procurou-se analisar materialmente o lugar do Arquiteto na produção contemporânea, visando responder ao questionamento de Artigas a respeito da busca pela Arquitetura Popular: que fazer?

A Arquitetura Popular, qualquer que seja a forma que deverá tomar, só dará conta de seu devir histórico a partir da correta análise dos fatos estruturais da exploração do homem pelo homem em sua totalidade e em suas particularidades. A Arquitetura não deve se pautar pela eterna busca pelo sublime, mas sempre através da busca pela verdade. Só assim, o Arquiteto, enquanto ser social, poderá supressumir as condições de opressão que interpelam seu ofício e nossas cidades para erguer finalmente as “novas catedrais” da nova sociedade rumo a emancipação humana.

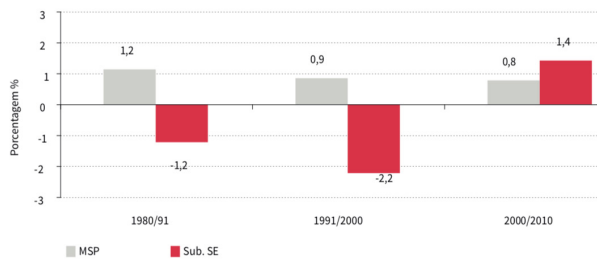


leitura
subprefeitura sé

2 | População total e densidade demográfica, 1980 a 2010

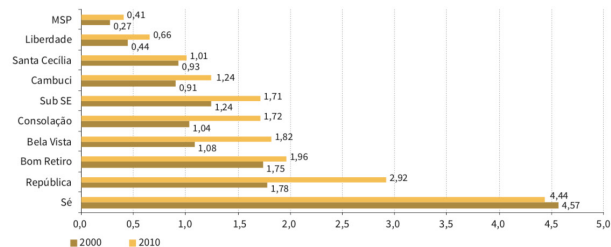


3 | Taxa de crescimento populacional ao ano - sub e MSP

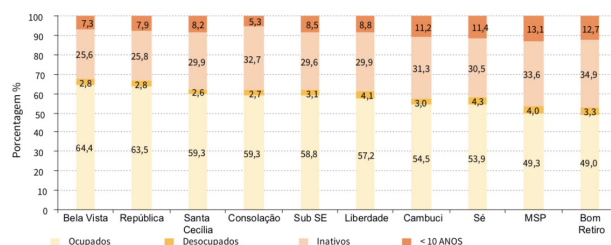


3 | Empregos formais por habitante

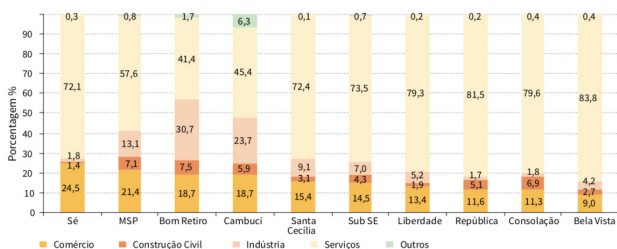
Exclui Administração Pública; População em Idade Ativa, acima de 10 anos.



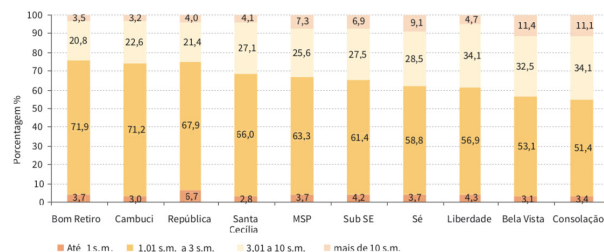
4 | População por situação ocupacional, 2010



5 | Empregos formais por setor de atividade, 2012



6 | Empregos - Distribuição salarial, 2012



Gráficos: SMDU - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Cadernos das subprefeituras: Material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras. São Paulo, 2016.

Mapa 1: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sao-paulo-tem-206-ocupacoes-onde-moram-45-mil-familias.ghtml> - 2018.

Mapa 2: Fipe: Censo da População em situação de Rua, 2015.

A área de interesse de projeto localiza-se no centro de São Paulo. Mais especificamente no bairro da República, subprefeitura da Sé. Uma região fundamental da cidade no que diz respeito a disputa pelo Centro Histórico, entre a especulação e o povo.

A partir de dados da própria Subprefeitura da Sé, podemos traçar um panorama da região e de sua população. Trata-se de uma localidade que passou por um processo de esvaziamento nos anos 1980 e 1990, e retoma o crescimento populacional nos anos 2000. Caracterizada por uma alta densidade populacional, superando muito os índices de densidade do Município de São Paulo como um todo.

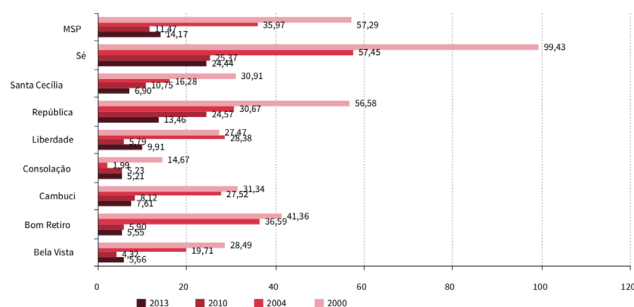
Na dimensão qualitativa dessa população, temos uma alta oferta de empregos formais por habitante (superior a taxa municipal), sobretudo nos bairros da Sé e da República, com predominância isolada do

setor de serviços e depois, em menor grau, no setor de comércio. Uma população de maioria empregada (50 a 60% a depender do bairro) e um grande número de inativos (cerca de metade da população ocupada, 25 a 35% do geral), que ganha em sua maioria de 1 a 3 salários mínimos.

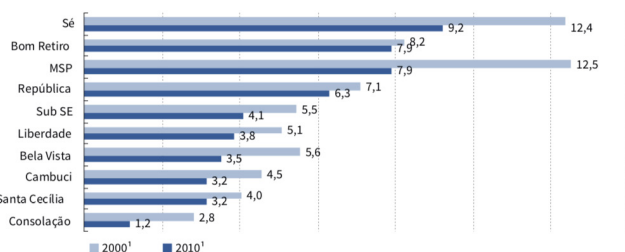
As problemáticas e demandas habitacionais da região se escancaram quando cruzamos alguns dados. Uma taxa alta de homicídios, em diminuição, porém ainda maior que a taxa municipal, alta quantidade de famílias em cortiços e percentual de domicílios com mais de 3 moradores por dormitórios, e a maior concentração de moradores de rua da cidade, além de um grande número de ocupações sintetizam bem o panorama de como é, majoritariamente, a moradia no centro: precária e insuficiente.

Além disso, o alto número de domicílios vagos na região demonstra como opera a lógica da especulação imobiliária.

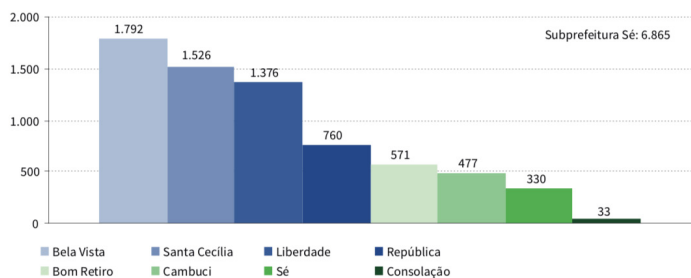
9 | Taxa de homicídios por 100 mil habitantes - Município de SP e Subprefeitura Sé



1 | Condição de inadequação domiciliar
 Percentual de domicílios com mais de 3 moradores por dormitório



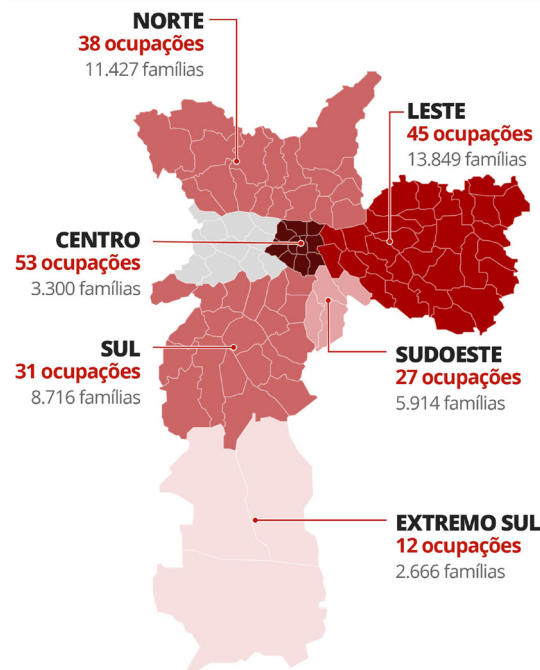
4 | Famílias em Cortiços, 2014



Numa cidade em que quase 1,2 milhão de famílias [ALCOVERDE, 2018] vivem em situação precária, temos, ao mesmo tempo, cerca de 1385 mil imóveis ociosos [MURARO e SANTIAGO, 2018]. Não uma assustadora coincidência, mas sim contradições abertas resultantes do mesmo processo: a produção capitalista das cidades.

Ocupações irregulares em SP

Centro de SP tem o maior número de imóveis ocupados, mas Zona Leste concentra mais moradores em ocupações

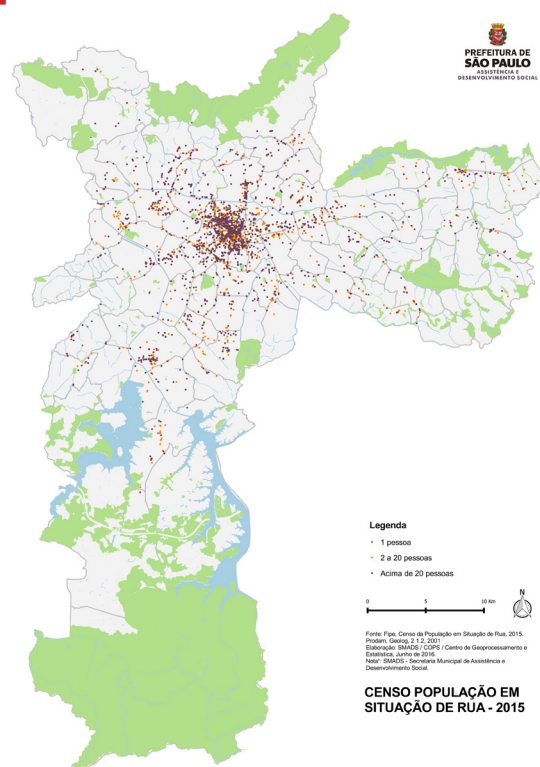


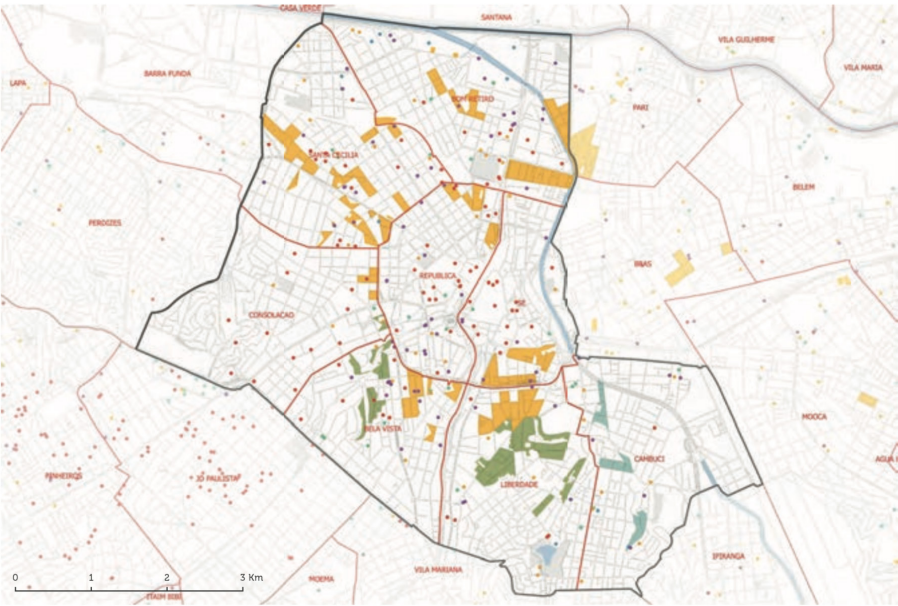
Número de ocupações

Intervalo	Cor
11 - 20	11 - 20
21 - 30	21 - 30
31 - 40	31 - 40
41 - 50	41 - 50
51 - 60	51 - 60
sem informação	sem informação

TOTAL
 206 Ocupações
 45.872 Famílias

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação
 Infográfico elaborado em: 02/05/2018





Legenda

- Demanda por CEI em setores densos de alta vulnerabilidade
 - Demanda por CRAS em setores densos de alta vulnerabilidade
 - Demanda por UBS em setores densos de alta vulnerabilidade
 - Demanda por CEI e CRAS em setores densos de alta vulnerabilidade
 - Demanda por CEI e UBS em setores densos de alta vulnerabilidade
 - Demanda por CRAS e UBS em setores densos de alta vulnerabilidade
 - Demanda por CEI, CRAS e UBS em setores densos de alta vulnerabilidade
- Equipamentos
- Assistência Social
 - Cultura
 - Educação
 - Esporte
 - Saúde
 - CEU
- Mancha Urbana Metropolitana
- Limite do Município
 - Limite dos Distritos
 - Limite da Subprefeitura (destaque)
 - Limite das Subprefeituras
 - Hidrografia



- LEVANTAMENTO DO RECORTE PROJETUAL - EQUIPAMENTOS E PONTOS DE INTERESSE
- LOCAL DE INTERVENÇÃO
 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS
 - PRÉDIOS DA PREFEITURA
 - EDIFÍCIOS RELIGIOSOS HISTÓRICOS
 - CENTROS COMERCIAIS IMPORTANTES
 - ESPAÇOS PÚBLICOS E PRAÇAS
 - AV. SÃO JOÃO

Mapas 1 e 2: SMDU - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Cadernos das subprefeituras: Material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras. São Paulo, 2016.

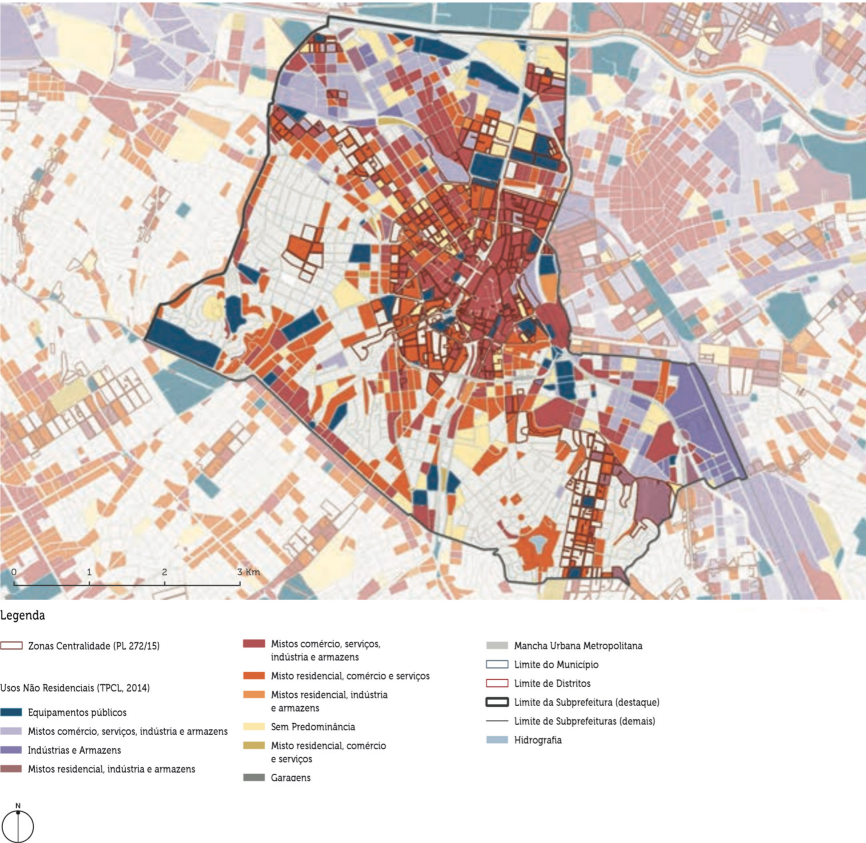
Mapa 3: Levantamento do recorte projetual - equiptos. e pontos de interesse.

A partir dos mapas apresentados, podemos visualizar de maneira qualificada o caráter geral da área de interesse e as demandas locais. Primeiramente, a região da subprefeitura como um todo apresenta um uso de solo predominantemente misto, sobretudo residencial, comercial, industrial e serviços, com destaque para a grande presença de equipamentos públicos, como é de se esperar de uma região como o centro, boa parte do aparato administrativo se localiza nessa região.

Importante destacar no mapa, que a região do bairro da República, mais ao centro da área demarcada, caracteriza-se por um uso misto predominantemente residencial, comercial e serviços (laranja), o que se

confirma a partir das visitas feitas na região. Além disso, a área em específico, o Largo do Paissandu, está demarcada em azul, como equipamento público, isso por conta da catedral no largo e dos aparatos administrativos localizados no entorno.

No mapa de equipamentos e demandas, podemos apontar claramente a forte presença de equipamentos culturais no bairro da República (pontos vermelhos), sobretudo na região próxima ao Largo. Em segundo plano destaca-se os equipamentos de assistência social e saúde. Os primeiros, apesar de não demarcados enquanto demanda local, claramente não dão conta do volume da população precarizada que caracteriza



a região, como visto no mapeamento de moradores de rua.

Dessa forma, podemos apontar como duas as demandas centrais do entorno do Largo: creches e centros de acolhida à população de rua. A primeira como bem apontada pelo próprio poder público no mapeamento, e a segunda como deixa claro o mapeamento da prefeitura sobre a população de rua e sua concentração no centro, sobretudo na região da Sé.

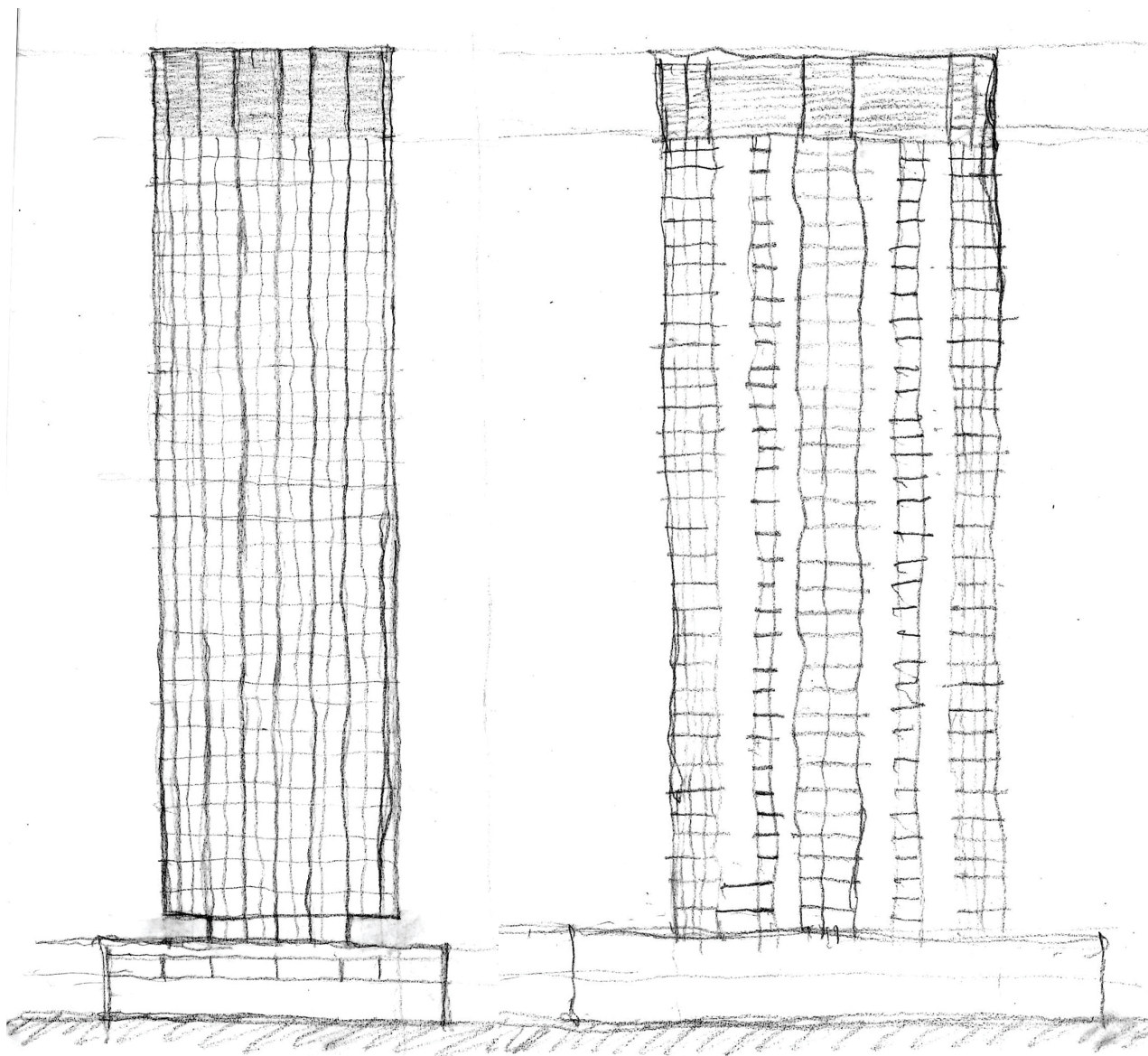
Nesse sentido, destaca-se enquanto demandas urgentes da região central, o provimento de habitações de caráter popular, a qualificação das moradias já existentes (a exemplo do alto número de cortiços e

moradias precárias), e também a qualificação do habitar dessa região, ou seja, equipamentos públicos de infraestrutura básica, a destacar creches, centros de acolhida à população de rua e equipamentos de saúde como UBS.



leitura

edifício wilton paes de almeida



Projetado em 1961, por Roger Zmekhol, o edifício Wilton Paes de Almeida era considerado um pioneiro na arquitetura paulistana. Era considerado o primeiro prédio com fachada de vidro da cidade de São Paulo [AMORE, 2018], além de ser também o primeiro da cidade a contar com sistema de ar-condicionado central [NOGUEIRA e SOUZA, 2018].

O pano de vidro foi possibilitado pois o projeto concentrava o esforço estrutural mais ao centro de sua planta, nos pilares de concreto em seção “i”, o que liberava a fachada, permitindo um tratamento mais arrojado.

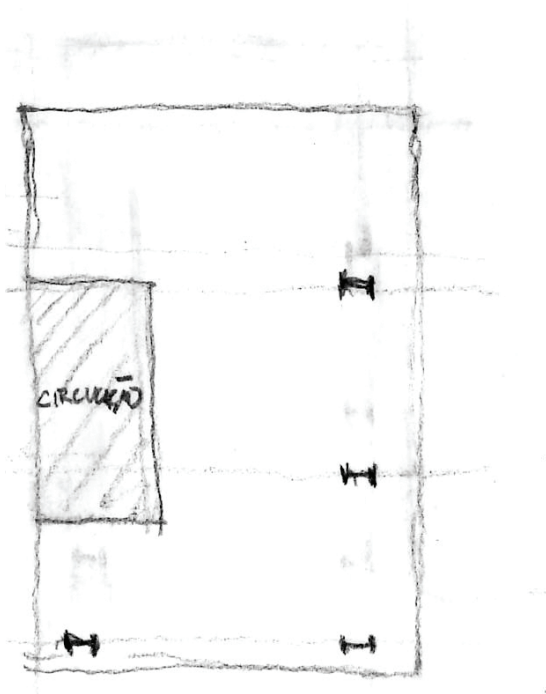
Foi construído para ser a sede da Cia.

Comercial de Vidros do Brasil (CVB). Diversas empresas funcionaram ali, até ser tomado pelo Estado em razão de dívidas.

De 1980 a 2003, funcionou ali a sede da Polícia Federal, e, após a mudança da PF para a Lapa, uma agência do INSS até 2009 (a qual ocupava somente o andar térreo). Depois de então foi ocupado por trabalhadores sem-teto [NOGUEIRA e SOUZA, 2018].

Em sua trajetória, chegou a ser cedido para a UNIFESP para abrigar o Instituto de Ciências Jurídicas, mas o projeto não foi viabilizado [NOGUEIRA e SOUZA, 2018].

Da mesma forma, chegou a ser idealizado seu uso enquanto Centro Cultural, numa parceria entre o governo federal



Estudos de elevação e planta [escala livre].

Fotos: http://cdn.projetoar.org/fotos/20180720_144016_60.pdf - 2018.



Edifício na época de sua inauguração.
Fonte: João José Basso
Disponível em: <sampahistorica.files.wordpress>

e o governo francês. A ideia era abrigar cinema, teatro, ateliês, terraço com mirante, entre outras funções, mas também não foi viabilizado por captação de recursos insuficiente [BERGAMASCO, 2009].

Era um projeto de clara influência a Mies van der Rohe em sua fase estadunidense, com referência direta ao edifício novaiorquino Lever House (1952), do escritório SOM [PERROTA-BOSCH apud NOGUEIRA e SOUZA, 2018].

Sua fachada de vidro, que marcou época, precisou ser importada, pois não era fabricada no Brasil. Símbolo maior do partido projetual e da concepção de cidade dada pelo projeto: uma São Paulo centro de negócios,

espelhada em Nova York e nas torres estadunidenses.

A própria história do edifício, porém, contradiz o manifesto inicial e denuncia a realidade brasileira: subdesenvolvimento e miséria.

Abandonado por sucessivas empresas e posteriormente também pelo Estado, acaba em chamas e ruínas anos após anos de ocupação do movimento de moradia.



**projeto
edifício 1º de maio
intervenção no largo do paissandu**

O projeto visa atender, centralmente, as necessidades da população central de São Paulo, a partir dos dados analisados na leitura da região abarcada pela subprefeitura da Sé: galeria comercial (térreo), creche (primeiro e segundo pavimentos) e habitação de interesse social (19 pavimentos).

Nesse sentido, o edifício se define mantendo-se a estrutura fundamental do Edifício Wilton Paes de Almeida. 24 andares divididos em três partes constituintes: base, corpo e coroa.

Na base, localiza-se a galeria. Amplo espaço aberto de maneira a permear o lote para circulação e criando um fluxo direto com a Igreja do lote ao lado. 6 lojas são localizadas no térreo (paredes de concreto), bem como as duas caixas de circulação vertical, uma para a creche e outra para a torre habitacional. A partir da possibilidade de circulação entre o lote do edifício e o da igreja, coloca-se um monumento em frente a esta, de maneira a destacar e valorizar a passagem, bem como o próprio entorno. O monumento (presente nos desenhos de projeto de maneira meramente ilustrativa) fundamenta-se na memória das vítimas do incêndio e desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida, bem como dos Trabalhadores Sem Teto, levando o nome do dia da tragédia e também do Dia Internacional dos Trabalhadores. A galeria possui estrutura distinta da torre, com pilares de concreto circulares de 0,50m de raio e vigas de 1,25m de altura, suportando o carregamento da estrutura pré-fabricada da torre a partir de um sistema de vigas de transição.

A torre se constitui a partir de uma estrutura modular pré-fabricada de concreto e paredes de alvenaria assentadas in loco. O módulo básico da estrutura é 1,25 m. O sistema estrutural de pilares de 0,40m x 0,20m, vigas de mesma seção (com uma medida a mais por conta do encaixe de 0,15m x 0,10m para as lajes), e lajes nervuradas unidirecionais de 0,25m de altura por 1,20m de largura.

A creche visa atender até 240 crianças divididas em dois turnos, e é destinada, prioritariamente, aos moradores do edifício. Divide-se em dois pavimentos, com projeto adaptado para as limitações de um lote localizado no centro de São Paulo em um edifício verticalizado.

Quanto a habitação de interesse social, são destinados 19 pavimentos para este fim, com 10 apartamentos por andar, totalizando 190 unidades habitacionais. Estas dividem-se em três tipologias fundamentais: 1. 7,50m x 7,50m (56,25m²); 2. 6,25m x 5,00m (31,25m²); 3. 7,50 x 5,00m (37,50m²).

O terraço se constitui como espaço coletivo condominial, de maneira a que os moradores possam usufruir do amplo espaço livre, bem como do salão de eventos e da própria vista da cidade.

O partido projetual estrutura-se a partir da manutenção da estrutura básica tripartite do Edifício Wilton Paes de Almeida, bem como de sua verticalidade de 24 andares. Este tratava-se de um dos mais sublimes exemplares da arquitetura moderna em São Paulo, sintetizando o ideário desenvolvimentista do século XX da cidade de São Paulo como capital de negócios.

Não à toa, uma das referências diretas do projeto de Roger Zmekhol é o Edifício Lever House, do escritório SOM, localizado em Nova York. O pano de vidro, aparece no projeto de Zmekhol, portanto, como a cristalização desse ideário de cidade e de país, e não deixa de trazer as consequente contradições consigo.

A estrutura metálica de alumínio que sustentava o pano de vidro teve de ser importada de fora, visto que não era produzida semelhante tecnologia no Brasil. A própria trajetória do edifício sintetiza o ocaso do

ideário desenvolvimentista do século XX: é abandonada por várias empresas até ser ocupado pelo Estado, para, por fim, ser abandonado novamente e ser ocupado por um movimento de trabalhadores sem-teto. Sofrendo pela falta de manutenção e revitalização, acabando por desabar após um incêndio no 1º de maio de 2018.

Nesse sentido, o partido projetual do Edifício 1º de maio contrapõe-se com o edifício antigo. Trata-se do combate fundamental às forças que assolaram o centro de São Paulo em seu processo de esvaziamento e precarização: a especulação imobiliária. Ao invés de entregar o lote ao provável acaso da especulação, destina-se a seu lugar um projeto que vise atender as demandas urgentes da população do entorno, bem como se colocar enquanto panorama de construção de uma novo modelo de cidade.

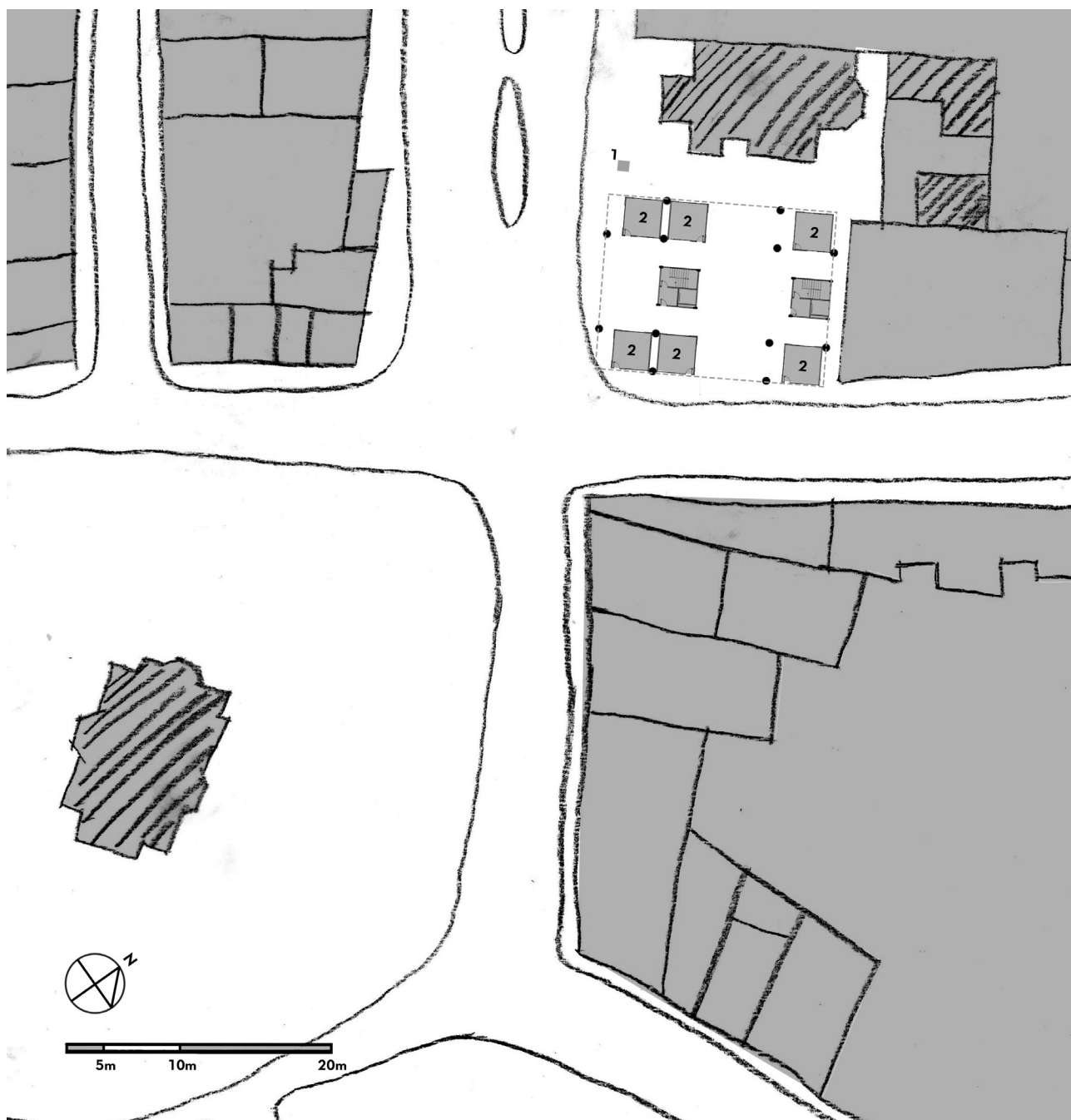
A estrutura em concreto pré-fabricado acumula os avanços técnicos da indústria nacional e também da própria tradição da arquitetura moderna brasileira, ao mesmo tempo que se contrapõe com as paredes em alvenaria, que ressaltam o trabalho manual e o caráter fundamental do subdesenvolvimento brasileiro e, por conseguinte, da arquitetura moderna brasileira: a dialética entre o arcaico e o moderno na produção.

Por fim, o coroamento do edifício com uma estrutura abobadada torna ainda mais evidente o rastro teórico-político que embasa o projeto: a tradição discursiva da escola paulista fundamentada no debate entre Vilanova Artigas e Sérgio Ferro em torno das relações de produção na arquitetura brasileira.

Se, por um lado, ambos divergem taticamente acerca das mediações para se alcançar uma nova sociedade, convergem na estratégia da necessidade última de se revolucionar as estruturas que moldam nossa sociedade e, portanto, também nossa arquitetura. O debate é retomado a partir da mesma convergência estratégica acerca da fundamentalidade de uma Arquitetura Popular, discorrendo, nesse novo período, a respeito de quais são as táticas que se apresentam para que a arquitetura brasileira possa supracumir as contradições de seu passado e, assim, construir um novo futuro, uma nova cidade, um novo homem.

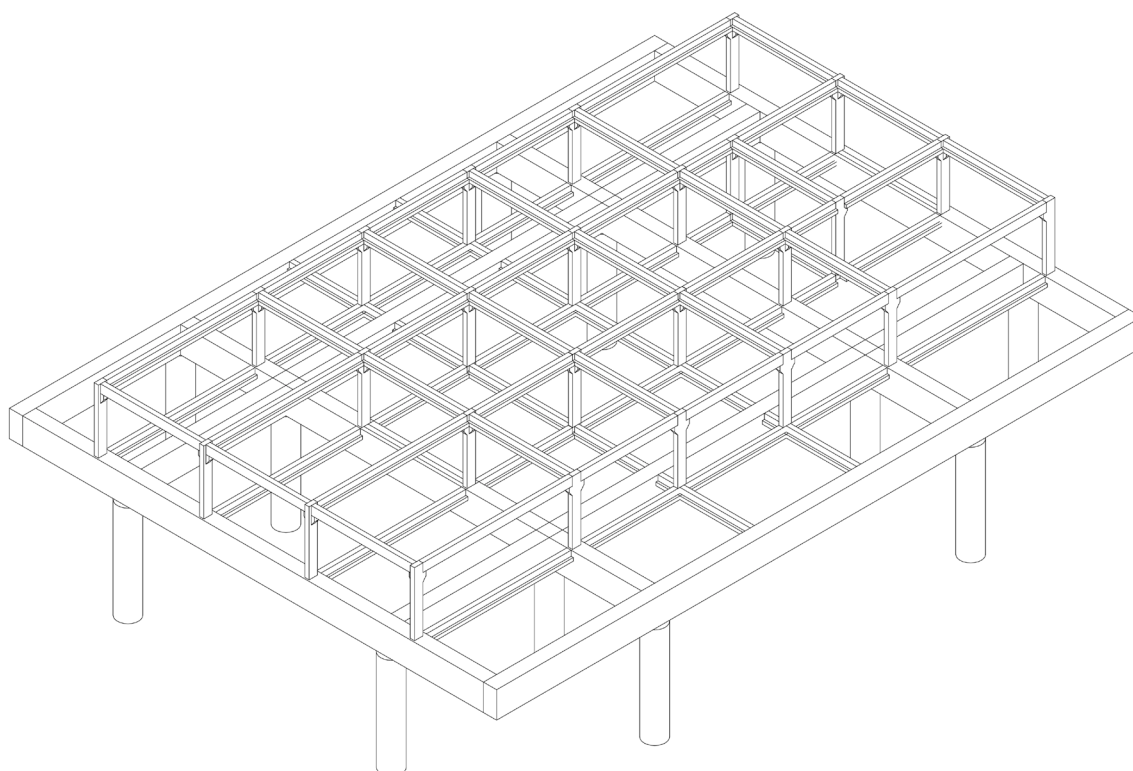
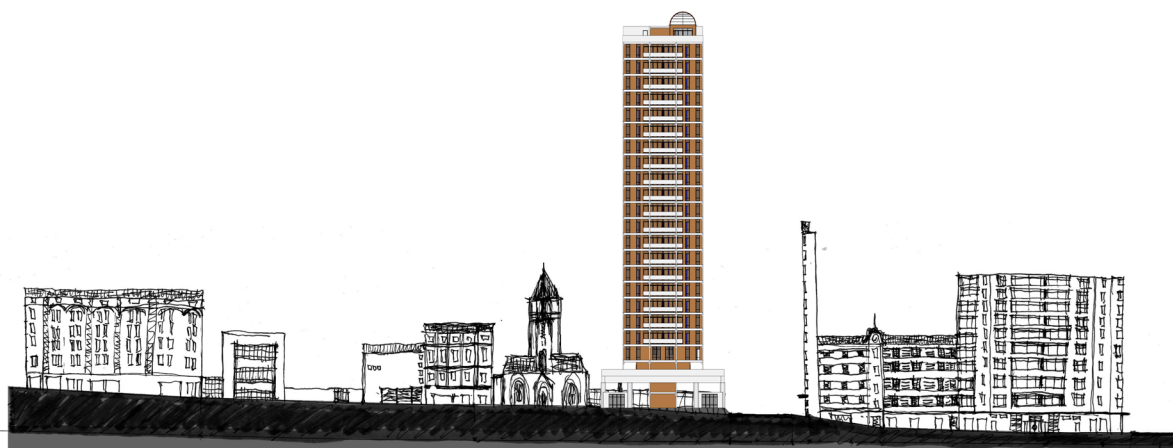


Implantação urbana esquemática - fluxos e fixos.

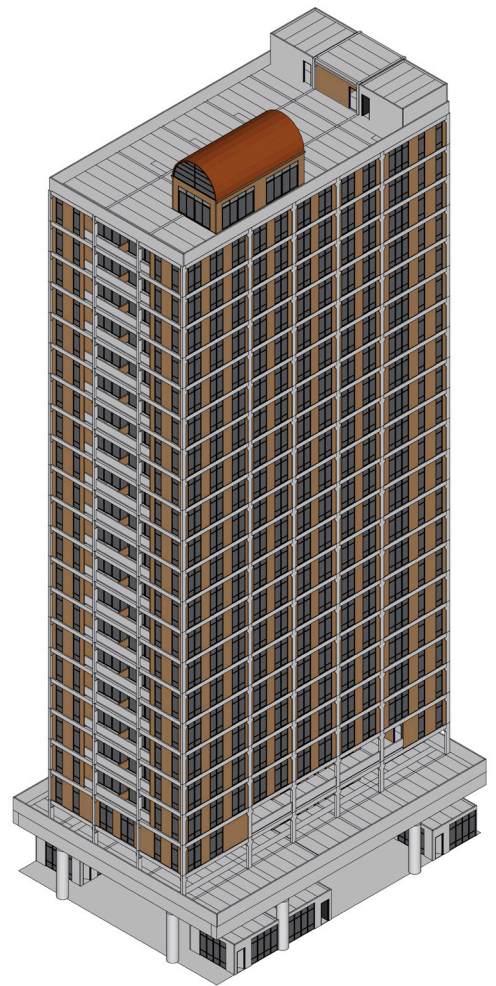
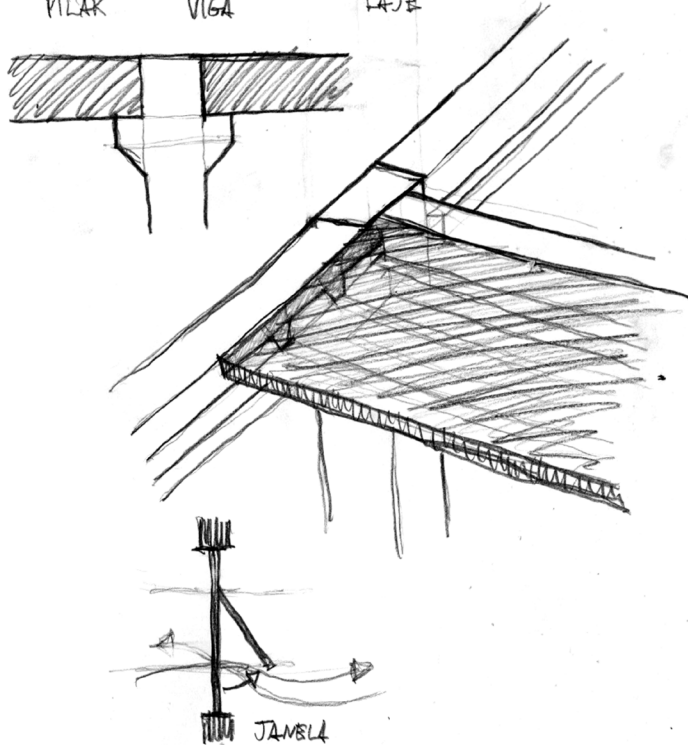
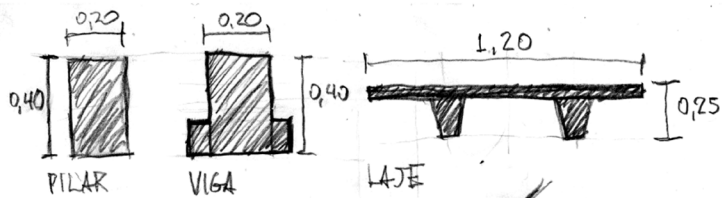


Implantação urbana.

1. Monumento 1º de Maio (em homenagem às vítimas do desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida e aos Trabalhadores Sem Teto); 2. Lojas.

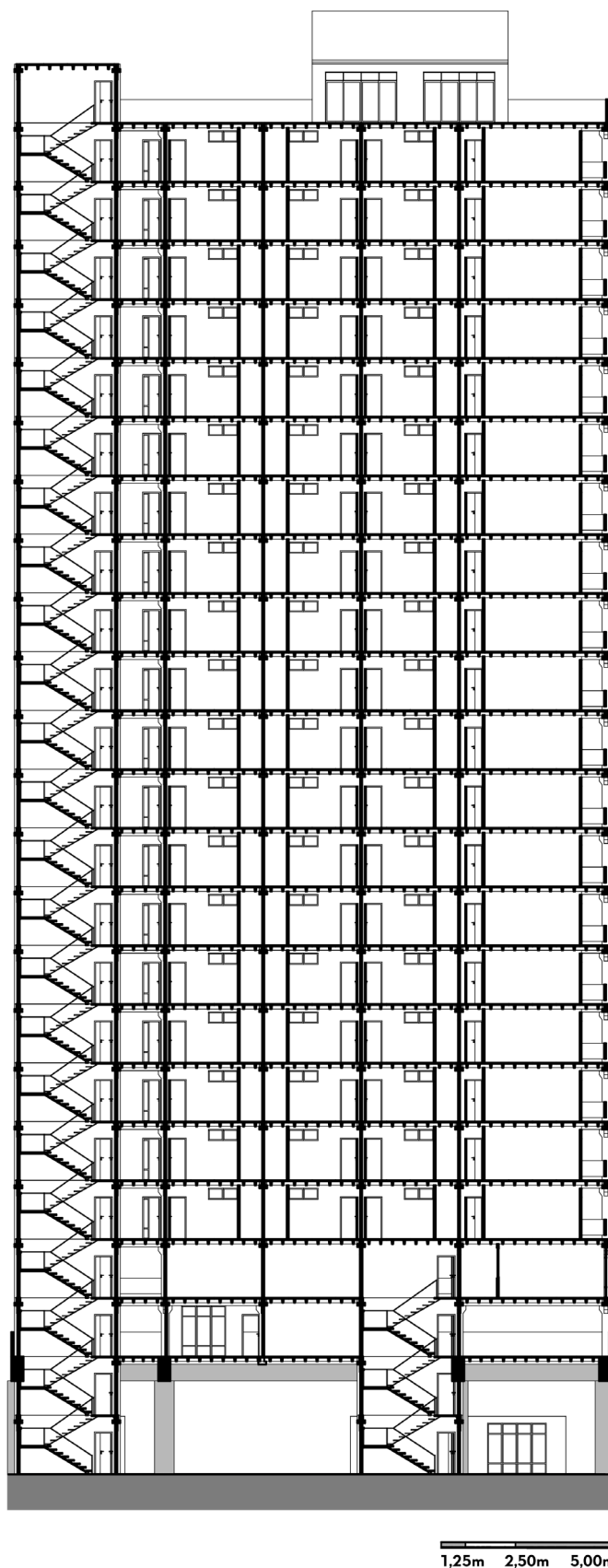


Elevações urbanas (cruzamento entre a Avenida Rio Branco e a Rua Antônio de Godói) e Isométrica da estrutura da galeria com a estrutura da torre.

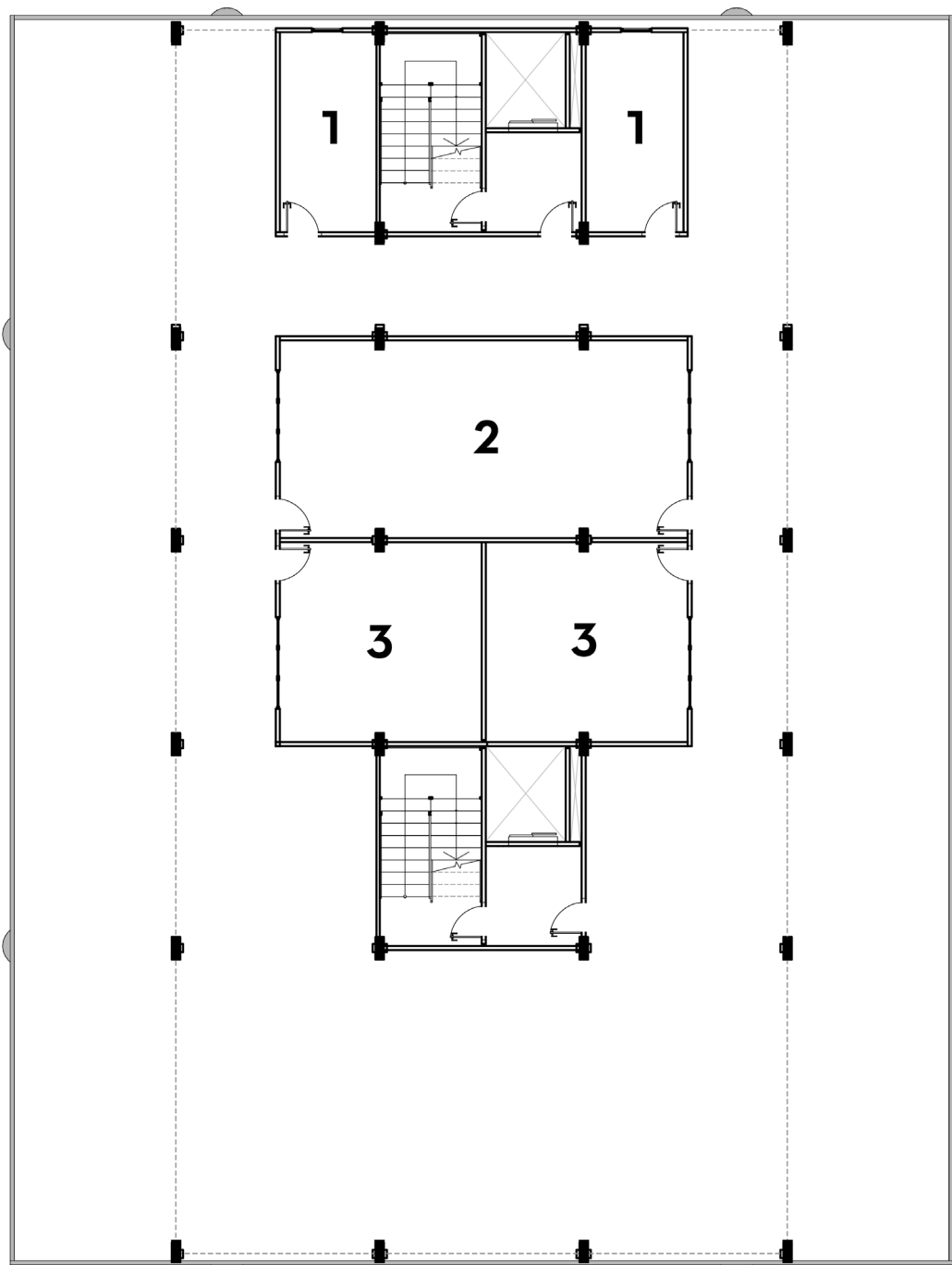


1,25m 2,50m 5,00m

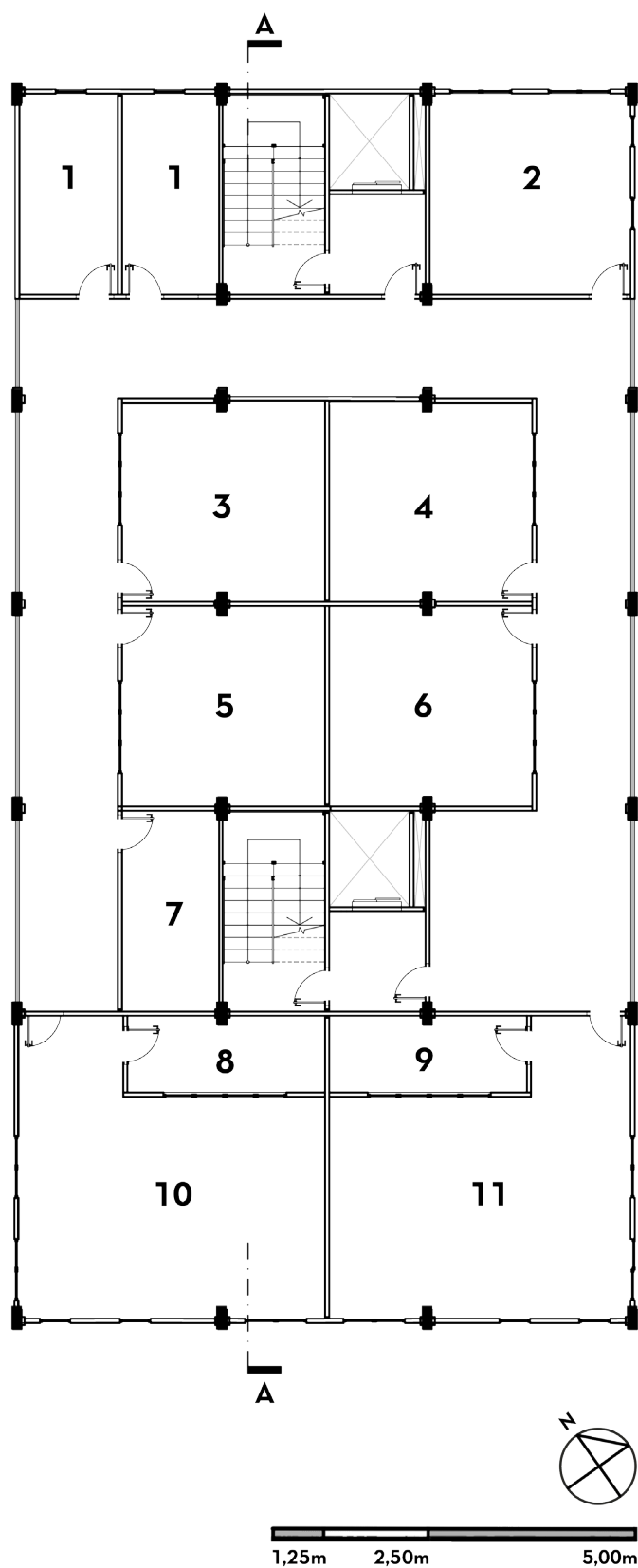
Croqui de detalhamento da estrutura pilar/viga/laje e janela da torre e Isométrica geral do Edifício.



Corte das circulações da torre habitacional e da creche.

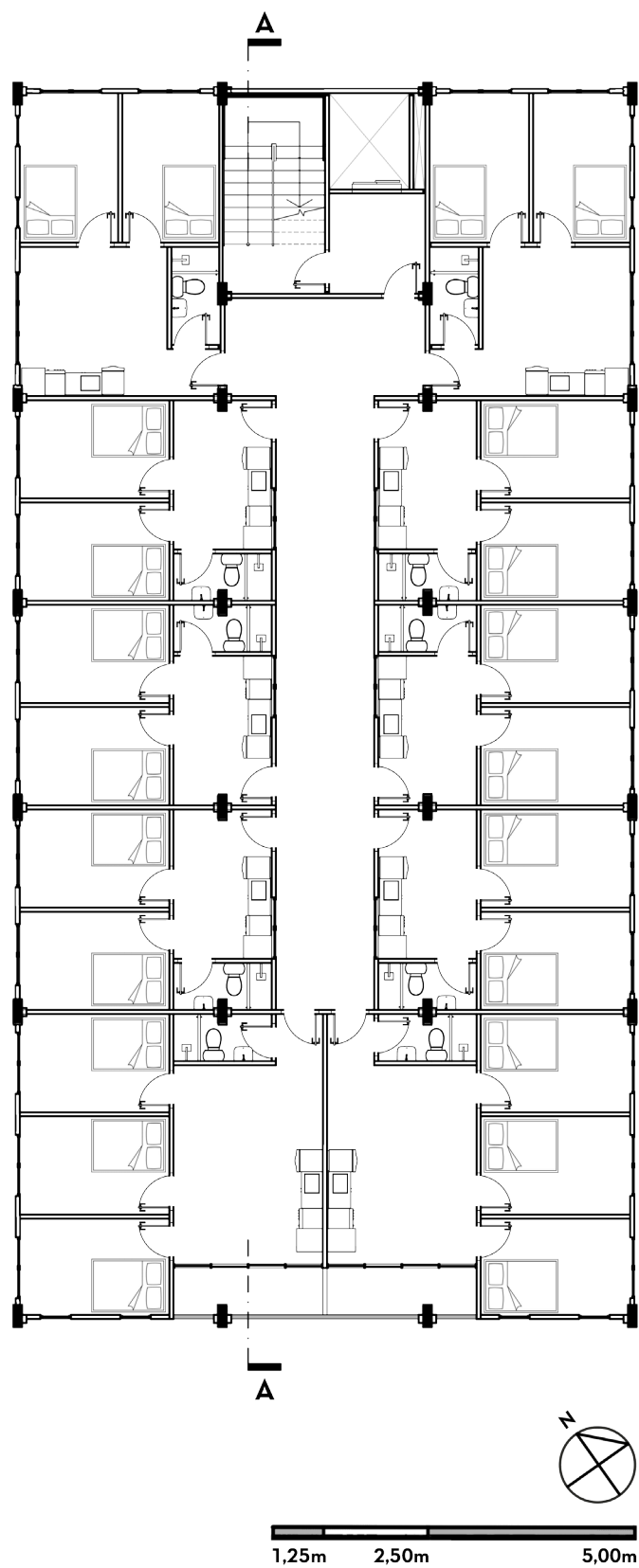


Planta do Segundo Pavimento (Pátio da creche).
1. Banheiros; 2. Sala de repouso; 3. Salas de atividades.

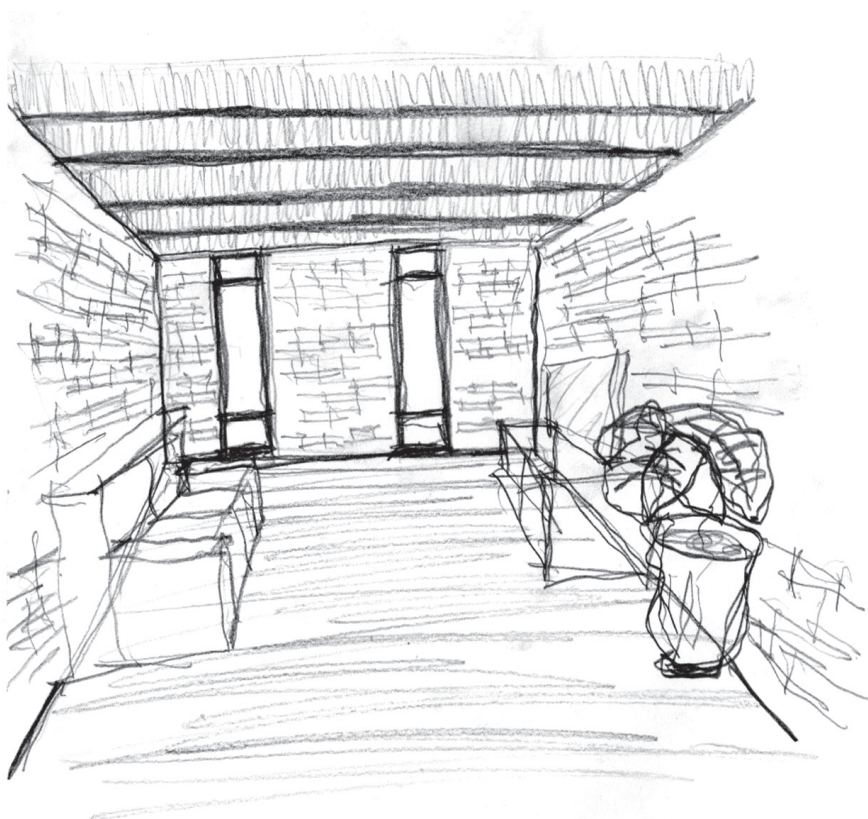
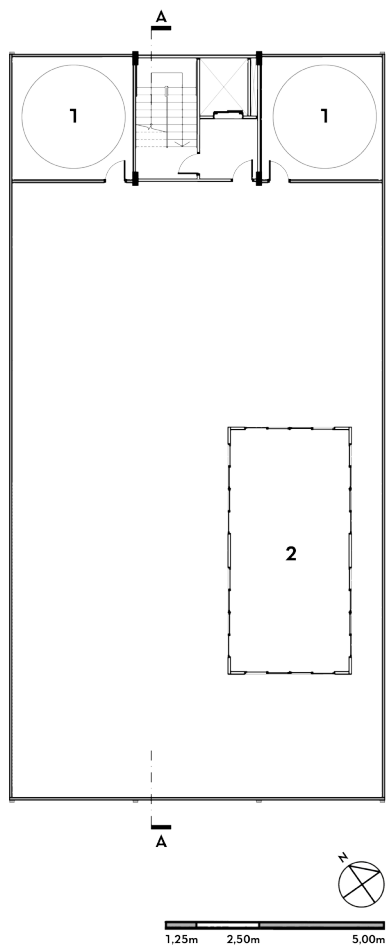


Planta do terceiro pavimento (creche).

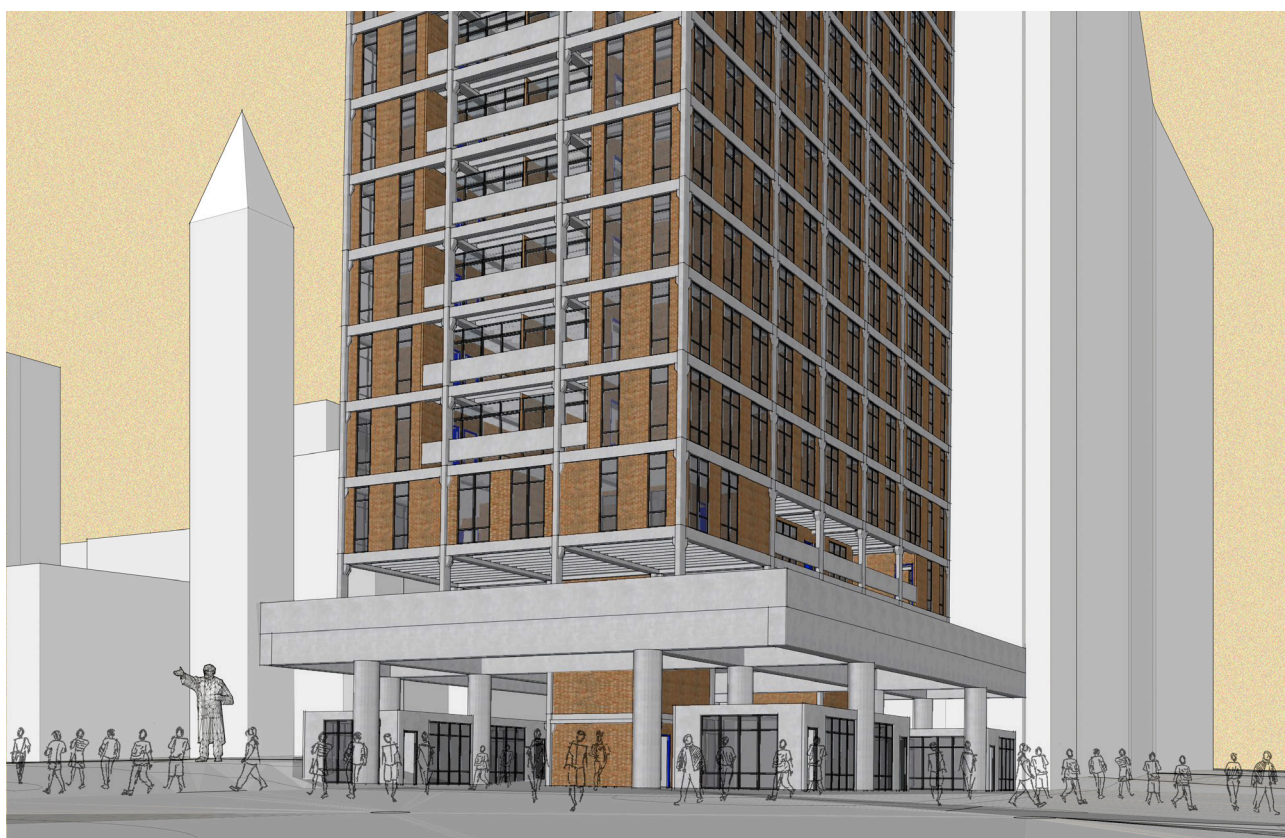
1. Banheiros; 2. Sala de reuniões; 3. Lactário; 4. Secretaria; 5. Lavanderia e rouparia; 6. Diretoria; 7. Almojarifado e limpeza; 8. Cozinha; 9. Copa; 10. Refeitório; 11. Sala dos professores e funcionários.



Planta pavimento tipo da torre habitacional.



Planta do Terraço da torre e Croqui de um apartamento.
1. Caixas d'água; 2. Salão de eventos.



Renders artísticos (perspectiva geral do entorno e perspectiva do térreo).

bibliografia

ALCOVERDE, L. Quase 1,2 milhão de família vivem em situação precária em SP. 2018 - <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/quase-12-milhao-de-familias-vivem-em-situacao-precaria-em-sp.ghtml> - acesso em 06/052019

AMORE, Caio S.; Entre o nó e o fato consumado, o lugar dos pobres na cidade. São Paulo, FAUUSP - Universidade de São Paulo, 2013. 283 p. Tese (Doutorado). São Paulo, 2013.

ARANTES, Pedro F.; Arquitetura na era digital-financeira. São Paulo, Editora 34, 2012.

ARANTES, Pedro. O grau zero da arquitetura na era financeira. São Paulo. Novos Estudos. 2008.

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. São Paulo. Martins Fontes. 1993.

ARGAN, Giulio Carlo. Projeto e destino. São Paulo. Editora Ática. 2000

ARTIGAS, João Batista Vilanova. Caminhos da arquitetura. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

BERGAMASCO, D. Prédio no Paissandu vai virar centro cultural. 2009 - <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2703200915.htm> - acesso em 06/05/2019.

BOAS, Bruno V.; CONCEIÇÃO, Ana. Déficit de moradias no país já chega a 7,7 milhões. 2018 - <https://www.valor.com.br/brasil/5498629/deficit-de-moradias-no-pais-ja-chega-77-milhoes> - acesso em: 18/11/2018.

CASTELO, Rodrigo; O canto da sereia: social liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. Rio de Janeiro, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2013.

CUNHA, Gabriel R.; O Programa Minha Casa Minha Vida em São José do Rio Preto/SP: Estado, Mercado, Planejamento Urbano e Habitação. São Carlos, IAU-USP, 2014. 340 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, São Carlos, 2014.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. In:____. Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006. Cap. no 4, p. 105 - 200.

FERRO, Sergio; Notas sobre o “vício da virtude”. São Paulo, Revista Novos Estudos. 2006.

FIPE. Censo da População em situação de Rua. São Paulo, 2015.

GOMES, R. Desabamento no Largo do Paissandu: após um ano, famílias sem

moradia, nem perspectiva. 2019 - [https://www.redebrasilatual.com.br/cidada-
nia/2019/05/sem-teto-fazem-manifestacao-para-marcar-um-ano-do-desabamen-
to-de-predio-ocupado/](https://www.redebrasilatual.com.br/cidada-
nia/2019/05/sem-teto-fazem-manifestacao-para-marcar-um-ano-do-desabamen-
to-de-predio-ocupado/) - acesso em 19/06/2019.

IASI, Mauro. A crise do PT: o ponto de chegada da metamorfose. 2016 - [https://
blogdaboitempo.com.br/2016/03/10/a-crise-do-pt-o-ponto-de-chegada-da-meta-
morfose/](https://
blogdaboitempo.com.br/2016/03/10/a-crise-do-pt-o-ponto-de-chegada-da-meta-
morfose/) - acesso em: 05/08/2019.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. In:____. O direito à cidade. São Paulo: Cen-
tauro, 2001. p. 105 - 118.

LENIN, V. I. Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento. São Paulo. Edi-
tora Expressão Popular. 2015.

LIS, Laís. Minha Casa Minha Vida completa 10 anos com queda nas contrata-
ções. 2019 - [https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/25/minha-casa-
-minha-vida-completa-10-anos-com-queda-nas-contratacoes.ghtml](https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/25/minha-casa-
-minha-vida-completa-10-anos-com-queda-nas-contratacoes.ghtml) - acesso em:
05/08/2019.

LUCE, Mathias S.; Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração
da classe trabalhadora?. Rio de Janeiro, Trab. Educ. Saúde. 2013.

LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxis-
ta. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes. 2018.

MARINI, Ruy M.; Subdesenvolvimento e Revolução. 6. ed. Florianópolis: Editora
Insular.2017.

MARINI, Ruy M.; Vida e obra. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2011.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo. Boitempo. 2017

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produ-
ção do capital. São Paulo. Boitempo. 2013.

MURARO, C. Edifício Wilton Paes de Almeida: prédio que desabou em SP foi pro-
jetado na década de 1960 e era patrimônio histórico. 2018 - [https://g1.globo.com/
sp/sao-paulo/noticia/edificio-wilton-paes-de-almeida-predio-que-desabou-em-sp-
-foi-projetado-na-decada-de-1960-e-era-patrimonio-historico.ghtml](https://g1.globo.com/
sp/sao-paulo/noticia/edificio-wilton-paes-de-almeida-predio-que-desabou-em-sp-
-foi-projetado-na-decada-de-1960-e-era-patrimonio-historico.ghtml) - acesso em
19/06/2019.

MURARO, C; SANTIAGO, T. Cidade de SP tem déficit de 358 mil moradia e 1385
imóveis ociosos. 2018 - [https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-s-
p-tem-deficit-de-358-mil-moradias-e-1385-imoveis-ociosos.ghtml](https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-s-
p-tem-deficit-de-358-mil-moradias-e-1385-imoveis-ociosos.ghtml) - acesso em
06/05/2019

NOGUEIRA, L.; SOUZA, F. De luxo modernista à ocupação precária: a história de
mais de meio século do prédio que desabou em São Paulo. 2018 - [https://www1.
folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/de-luxo-modernista-a-ocupacao-precaria-
-a-historia-de-mais-de-meio-seculo-do-predio-que-desabou-em-sao-paulo.shtml](https://www1.
folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/de-luxo-modernista-a-ocupacao-precaria-
-a-historia-de-mais-de-meio-seculo-do-predio-que-desabou-em-sao-paulo.shtml)
- acesso em: 06/05/2019.

OLIVEIRA, Francisco; Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco. São Paulo, Boitempo. 2003.

OLIVEIRA, Francisco; O vício da virtude. São Paulo, Revista Novos Estudos. 2006.

PORTAL PROJETAR. 27º concurso de arquitetura para estudantes. Habitação social no Largo do Paissandú. 2018 - http://cdn.projetoar.org/fotos/20180720_144016_60.pdf - acesso em 06/05/2019.

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo. Editora Brasiliense. 1977.

REVISTA ACRÓPOLE. Edifício Sede, São Paulo, n. 323, p. 34-37, nov. 1965.

ROLNIK, Raquel; Guerra dos Lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo, Boitempo. 2015.

SANTIAGO, T. Cidade de São Paulo tem 206 ocupações onde moram 45 mil famílias. 2018 - <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sao-paulo-tem-206-ocupacoes-onde-moram-45-mil-familias.ghtml> - acesso em: 06/05/2019.

SANTOS, Milton. A forma e o tempo: a história da cidade e do urbano. In:____. Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. 1994.

SAVIANI, Demerval. Competência política e compromisso técnico (o pomo da discórdia e o fruto proibido). In:____. Pedagogia histórico-crítica. Campinas. Autores Associados. 2013.

SEGRE, Roberto. Arquitetura e urbanismo da revolução cubana. São Paulo. Nobel. 1987.

SERVA, Leão. Estudo avalia erros de concepção do Minha Casa Minha Vida. 2019 - <https://www.valor.com.br/brasil/5498629/deficit-de-moradias-no-pais-ja-chega-77-milhoes>
https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/estudo-avalia-erros-de-concepcao-do-minha-casa-minha-vida.shtml?loggedpaywall#=_?loggedpaywall?loggedpaywall?loggedpaywall - acesso em: 05/08/2019.

SHIMBO, Lúcia Z; Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. São Carlos, EESC - USP, 2010. 363 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, da USP, São Carlos, 2010.

SMDU - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Cadernos das subprefeituras: Material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras . São Paulo, 2016.

Imagens que abrem os capítulos:

<https://www.instagram.com/p/B2rGNFCj8JK/>

http://cdn.wp.clicrbs.com.br/missaocasa/files/2016/06/vilanova_artigas_1.jpg

http://cidadedesapaulo.com/v2/wp-content/uploads/2017/03/Pra%C3%A7a-da-Se_16062014_Foto_JoseCordeiro_010.jpg

<https://blogtoporai.files.wordpress.com/2015/01/dscf0045.jpg>

**“A verdade está lentamente em marcha e no
fim dos fins nada conseguirá detê-la.”
[György Lukács]**